

**ABRIL 2017** 



# PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

Município do Alandroal

#### COORDENAÇÃO GERAL

Paula Teles

#### **EQUIPA TÉCNICA**

Adelino Ribeiro

Adriana Sá

Ana Silva

Anabela Baltazar

Conceição Teixeira

**Daniel Costa** 

Diogo Lourenço

Inês Vilela

João Ribeiro

Jorge Gorito

Miguel Pimentel

Paula Trigueiros

Paula Pimentel

Paulo Ramos

Pedro Ribeiro da Silva

Rita Vieira

Rui Correia

Sofia Oliveira

Tito Ferreira













## Índice

1.	Introdução	8
2.	Caracterização e Diagnóstico	10
	2.1. Enquadramento Geral	10
	2.1.1 Âmbito do PAICD	12
	2.1.2 Metodologia do PAICD	13
	2.1.3 A organização do PAICD do Alandroal	18
	2.2 Enquadramento Estratégico do PAICD nas Políticas de Ordenamento	20
	2.2.1 Contexto Europeu	21
	2.2.1.1 Estratégia Europa 2020	21
	2.2.1.2. Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020	23
	2.2.2 Contexto Nacional	25
	2.2.2.1. Portugal 2020	25
	2.2.2.2. Cidades Sustentáveis 2020	28
	2.2.2.3. Programa Operacional Regional – Alentejo 2020 (POR 2020)	30
	2.3. Instrumentos de Gestão Territorial	32
	2.3.1. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (EDNS)	32
	2.3.2. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	33
	2.3.3. Programa Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT)	34
	2.3.4. Plano Diretor Municipal do Alandroal (PDM)	35
	2.4. Planos Estratégicos do Portugal 2020	37
	2.4.1. Estraégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Alentejo Central 2014- (EIDT-AC)	
	2.4.2. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)	
	2.4.3. Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)	
	LITIDI DESCRIVER MINICIPAL LOCAL AC DASC COMMUNICATIA (DEDC)	···· + 1



#### 12 anos a desenhar Portugal

3.	Caracterização e Ocupação do Território	43
	3.1. Enquadramento Territorial	43
	3.2. Análise do Território Municipal	46
	3.2.1. Caracterização Física do Alandroal	46
	3.2.2 Caracterização da Rede de Acessibilidades do Alandroal	48
	3.2.3. Caracterização Demográfica do Alandroal	49
	3.2.4. Dinâmicas de Economia e Emprego	61
	3.2.5. Dinâmicas de Ocupação Residencial	70
4.	Análise SWOT(T)	76
5.	Componentes do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas	82
	5.1. Identificação e caracterização das Comunidade(s) Desfavorecida(s)	84
	5.2. Ações a candidatar no âmbito do PAICD do Alandroal	86
	5.2.1. CD1 – Requalificação de Habitação Social na Tapada da Alfarrobeira	86
	5.2.2. CD2 – Requalificação de Bairro Pré-Fabricado de Terena	92
	5.2.3. CD3 – Requalificação e Refuncionalização da Antiga Escola da EPRAL	98
	5.2.4. CD 4 – Requalificação e Refuncionalização da Antiga Casa dos Professore Aldeia da Venda	
	5.2.5. CD 5 – Requalificação e Refuncionalização da Antiga Casa dos Professore Aldeia de Hortinhas	
	5.2.6. CD 6 – Requalificação e Refuncionalização da Antiga Escola de Marmelos	. 115
	5.3. Tabela Síntese das Ações a candidatar no âmbito do PAICD do Alandroal	. 121
6.	Estratégias e Ações de Intervenção	. 122
	6.1. Nota Introdutória	. 122
	6.2. Definição da Estratégia de Intervenção	. 125
	6.2.1. Intervenções de Carácter Físico	. 128
	6.2.2. Intervenções de Natureza Social	. 129



12 anos a c	lesenhar	Portuga	
-------------	----------	---------	--

	6.3. Síntese das principais realizações e mecanismos de dados para cálculos dos indicadores
	definição da Estratégia de Intervenção
7.	Conclusão
	Anexo 1 - Ficha de Ação - CD1 - Requalificação de Habitação Social na Tapada da
	Alfarrobeira
	Anexos
	Anexo 2 - Ficha de Ação – CD 2 – Requalificação de Bairro Pré-Fabricado de Terena 138
	Anexo 3 - Ficha de Ação – CD 3 – Requalificação e Refuncionalização da Antiga Escola da
	EPRAL
	Anexo 4 - Ficha de Ação – CD 4 – Requalificação e Refuncionalização da Antiga Casa dos
	Professores na Aldeia da Venda
	Anexo 5 – Ficha de Ação – CD 5 – Requalificação e Refuncionalização da Antiga Casa dos
	Professores na Aldeia de Hortinhas
	Anexo 6 – Ficha de Ação – CD 6 – Requalificação e Refuncionalização da Antiga Escola de
	Marmelos
	Anexo 7 – Tabela Síntese da Estrutura de Custos das Ações
ĺno	dice de Figuras150
ĺno	dice de Tabelas
ĺno	dice de Gráficos151



#### **Acrónimos**

AIDUS Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável

AM Áreas Metropolitanas

**CAOP** Carta Administrativa Oficial de Portugal

CCDR-A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Alentejo

CE Comissão Europeia

**CD** Comunidades Desfavorecidas

**CIM** Comunidade Intermunicipal

CIMAC Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

**DGT** Direção Geral do Território

**DL** Decreto - Lei

**EEDS** Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável

**EIDT** Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial

**ENDS** Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

**ENE 2020** Estratégia Nacional para a Energia

**FEEI** Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

INE Instituto Nacional de Estatística

IPSS Instituições Particulares de Solidariedade Social

**NUT** Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatístico

PAICD Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas

PAMUS Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável

PARU Plano de Ação de Regeneração Urbana

**PDM** Plano Diretor Municipal

**PEDU** Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PI Prioridade de Investimento







CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL

PIENDS Plano de Intervenção da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

**PMT** Plano de Mobilidade e Transportes

**PMUS** Plano de Mobilidade Urbana Sustentável

**PNPOT** Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PO Programa Operacional

**POAT** Programa Operacional de Assistência Técnica

POCH Programa Operacional Capital Humano

POISE Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

**POPH** Programa Operacional Potencial Humano

**POR** Programas Operacionais Regionais

**POSEUR** Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

**PROT** Programa Regional de Ordenamento do Território

**QREN** Quadro de Referência Estratégico Nacional

RJRU Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

**SRU** Sociedade de Reabilitação Urbana

TIC Tecnologia de Informação e Comunicação

**UE** União Europeia





#### 1. Introdução

Crê-mos que o desenvolvimento económico, social e a proteção do ambiente são componentes interdependentes para o desenvolvimento sustentável, ainda assim, há que salientar que, ambos se fortalecem reciprocamente. Nesse sentido, o quadro de esforços da autarquia do Alandroal terá em conta tais premissas, a fim de garantir uma melhor qualidade de vida dos seus munícipes.

Considera-se, deste modo, essencial o apoio para a implementação de políticas públicas junto das comunidades desfavorecidas presentes em áreas urbanas carenciadas, atendendo tratarem-se de territórios mais vulneráveis e permissivos a problemáticas de cariz físico, social e económico.

Para o devido efeito, o município do Alandroal, propõem-se a realizar o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) conforme o Aviso nºALT20-43-2017-02, com o intuito de promover intervenções diversificadas que possibilitem uma efetiva redução das assimetrias existentes num combate a situações de exclusão social, por um lado, e inclusão das populações por outro.

O PAICD parte integrante do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) incluirá ações no âmbito do desenvolvimento social do concelho enquadrando-as numa perspetiva estratégica, na medida em que, compreende as necessidades do concelho em matéria de regeneração física, social e económica.

Enquanto instrumento prático, o PAICD do Alandroal, tem em consideração as necessidades sociais específicas e as oportunidades materiais de concretização existentes, determinantes intrínsecas, bem como as dinâmicas sociais e políticas plasmadas na estratégia europeia, nacional e regionais consideradas como determinantes extrínsecas.

Todas as ações de caráter físico (PI 9.8) a criar que visem a reabilitação de espaços públicos e do edificado bem como a reabilitação de equipamentos de utilização coletiva são acompanhadas e/ou terão como consequência uma intervenção de natureza social (PI 9.1) nomeadamente, ações associadas à inclusão social: intervenções de integração da população; combate ao insucesso e abandono escolar; formação profissional; ocupação de tempos livres; formação e inclusão de desempregados. Por outro lado as ações associadas à integração de imigrantes e outras comunidades terão que dar resposta, enquanto elemento estruturante a





outras estratégias e/ou iniciativas do âmbito do FSE e FEDER em articulação com diferentes atores locais e regionais (CLDS e DLBC).

Em suma, a estratégia do município do Alandroal compreende uma visão holística do território, baseada no efeito multiplicador e replicador das intervenções. Com enfoque nas comunidades desfavorecidas, o PAICD, apresenta linhas de ação e define estratégias de intervenção transversais e tangenciais a todo o território.





### 2. Caracterização e Diagnóstico

#### 2.1. ENQUADRAMENTO GERAL

O Plano de Ação Integrado para as Comunidade Desfavorecidas (PAICD) é um instrumento de planeamento de âmbito territorial e surge integrado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) que, por sua vez, se destina aos centros urbanos dos municípios de nível superior que tencionem contratualizar com o respetivo Programa Operacional Regional as prioridades de investimento inscritas no eixo urbano daqueles programas operacionais.

Segundo o concurso presente no Aviso nºALT20-43-2017-02, o PAICD, terá aplicação na NUT II da Região do Alentejo, especificamente nas áreas de intervenção definidas no PAICD e apresentar pelos municípios que se constituem como centros urbanos complementares.

Uma das prioridades de investimento possível de contratualizar com o respetivo Programa Operacional Regional (POR) é designadamente, a PI 9.8 (9b) - "Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais" e sua contratualização implica, obrigatoriamente, a apresentação do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas, a fim de sustentar todas operações a contratualizar com o PO Regional.

Esta prioridade está incluída no Eixo Prioritário 6 – Coesão Social e Inclusão, estando associado ao objetivo temático 9 – Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação.

O POR definiu ainda como objetivo específico a concessão de apoios financeiros a operações que contribuam para promover a inclusão social em territórios urbanos desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social.

As operações previstas na PI 9.8 têm por objetivo, conforme descrito no artigo 262.º do RE ISE, a regeneração física, económica e social, áreas carenciadas, em bairros sociais ou conjuntos de urbanos similares desfavorecidos onde residem comunidades desfavorecidas e respetivos equipamentos de utilização coletiva para a promoção da inclusão social.

No que concerne às tipologias de operações, o PAICD, enquadra intervenções que correspondam a operações previstas no aviso supracitado, que se enquadram nas seguintes tipologias de operação abrangidas pela PI 9.8:





a) "Reabilitação integral de edifícios de habitação social ou de edifícios devolutos, destinados a este tipo de habitação, ocupados maioritariamente por habitação, que tenham idade superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a dois, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, podendo integrar espaço para equipamentos, comércio, serviços ou atividades complementares da habitação, como estacionamento ou arrecadações;

 b) Reabilitação de espaço público, visando nomeadamente a sua requalificação, segurança, prevenção de comportamentos ilícitos, resiliência, melhoria do ambiente urbano, desde que seja envolvente a edifícios de habitação social ou cuja intervenção esteja incluída numa operação integrada de regeneração de um bairro de habitação social;

c) Reabilitação ou reconversão de equipamentos de utilização coletiva, em que sejam exercidas atividades e serviços de âmbito social destinados a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência e incapacidades, bem como os destinados à prevenção e reparação das situações de carência, de disfunção e de marginalização social".

A delimitação territorial do PAICD corresponde a pequenas áreas inframunicipais, de acordo com as características sócio funcionais do espaço. As operações de regeneração física económica e social a realizar devem incidir em áreas críticas do território municipal, tendo as intervenções ao nível físico a realizar serem acompanhadas por intervenções de natureza social.

O desenvolvimento do PAICD implica a elaboração de um planeamento com enfoque na comunidade residente, partindo da identificação da mesma, bem como das suas necessidades e integrando as respostas necessárias em matéria de regeneração física, económica, social e ambiental. Note-se que, só podem existir intervenções ao nível físico quando acompanhadas com intervenções de natureza social, designadamente, ações ligadas à regeneração social enquadradas na PI 9.8 - promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação: apoio a medidas de inclusão ativa de comunidades marginalizadas e grupos de risco.

Não obstante, poderão ainda ser articuladas as intervenções com as prioridades 8.4 (igualdade de Género), 9.3 (Igualdade de Oportunidades), 9.4 (Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais





de interesse geral), 10.1 (Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida: apoio a intervenções de redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino) e, eventualmente, com as intervenções das PI 9.6 e 9.10 (Desenvolvimento Local de Base Comunitária - DLBC), de modo a garantir a sua coerência e complementaridade.

#### 2.1.1 ÂMBITO DO PAICD

Em Portugal, nas últimas décadas, foram sendo aplicados modelos de desenvolvimento que valorizavam o crescimento económico e cuja promoção e planificação se fazia de cima para baixo. Assim, sempre se foi supondo que um nível de crescimento económico satisfatório alcançado por determinadas regiões seria o motor de generalização do bem-estar e da prosperidade noutras regiões. Este tipo de conceções e de modelos originou, porém, fortíssimos desequilíbrios no espaço nacional geradores de processos de desertificação, envelhecimento populacional e empobrecimento generalizado nas regiões do Alentejo e interior do país, bem como graves desigualdades sociais, problemas de ordenamento do território e agressão ambiental nos polos industrializados e urbanizados.

Como tal, urge a necessidade de compreender e valorizar o território de uma forma mais equitativa e justa, fomentar uma integração plena de todas as comunidades, no sentido de promover a harmonia e equilíbrio territorial, sustentabilidade e bem-estar social.

Desta forma, o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) da área territorial do Alandroal é um instrumento estratégico de definição dos objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento local e social de determinada comunidade.

Este plano tem em vista, não só, a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações de animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações.

Com a elaboração deste plano de ação é possível desenvolver uma radiografia da situação atual e traçar uma situação social desejável, mas realista, para as áreas de intervenção onde será aplicado, incluindo a programação das etapas e estratégias a desenvolver para alcançar essa situação.





Servirá também de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento das comunidades desfavorecidas identificadas e caraterizadas por freguesia, vinculando as iniciativas de todos os agentes, cujo âmbito de atuação tem repercussões no desenvolvimento social deste município.

#### 2.1.2 METODOLOGIA DO PAICD

O PAICD do Alandroal apresenta duas fases fundamentais de desenvolvimento - caracterização e diagnóstico e estratégias e ações de intervenção, como de seguida se apresenta:

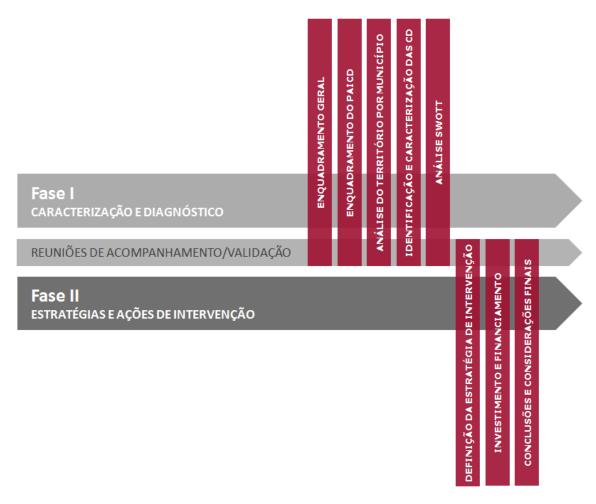


Figura 1| Esquema da metodologia PAICD

FONTE: MPT®, 2017





#### FASE I: CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO SOCIAL

O reconhecimento e compreensão da situação atual das comunidades desfavorecidas do concelho e os impactes que esta exerce na qualidade de vida dos cidadãos e do ambiente é fulcral para a realização do estudo base deste Plano de Ação.

Torna-se assim de extrema importância a identificação, delimitação e caracterização das Comunidades Desfavorecidas. Nesse sentido, deverão ser reconhecidas as comunidades desfavorecidas onde se pretende atuar e onde se verifique situações críticas em pelo menos três dos critérios seguintes:

- Desemprego de longa duração;
- Escassa atividade económica;
- Pobreza e exclusão social:
- Fenómenos de exclusão social associados a emigrantes e minorias;
- Baixo nível de instrução e insucesso/abandono escolar;
- Criminalidade e delinquência,
- Presença de emigrantes e minorias;
- Evolução demográfica desfavorável;
- Ambiente degradado.

Para a delimitação das áreas a intervencionar é necessário ter em conta as características socio-funcionais do espaço, ponderando-se critérios como a incidência de fenómenos de pobreza, criminalidade e delinquência, presença de imigrantes e minorias, baixo nível de escolarização e desemprego, entre outros fatores. A área ou áreas delimitadas correspondem a uma das seguintes tipologias:

- Bairros sociais: conjuntos urbanos compostos por edifícios destinados a arrendamento em regime de renda apoiada;
- Núcleos de construção precária: conjuntos de construções precárias, abarracadas, inacabadas ou móveis sem condições de habitabilidade e destinadas a demolição;
- Bairros clandestinos: conjuntos urbanos considerados como áreas urbanas de génese ilegal;
- Áreas urbanas antigas: conjuntos urbanos construídos há mais de 30 anos e que não se incluam nas situações atrás indicadas;





- Áreas urbanas consolidadas: restantes áreas urbanas, consolidadas e não incluídas em qualquer das tipificações anteriores, mas onde estejam presentes necessidades de intervenção ao nível da inclusão social.
- Caracterização das áreas urbanas carenciadas: para cada uma das áreas delimitadas de acordo com os requisitos

Para cada uma das áreas delimitadas de acordo com os requisitos anteriores, é efetuada a sua caracterização, contendo os seguintes elementos:

- Breve descrição justificativa e de enquadramento da área urbana enquanto área carenciada;
- Planta com a localização e delimitação da área urbana carenciada;
- Tipificação da área urbana em um dos tipos descritos no ponto anterior "Delimitação da área territorial a intervencionar";
- Inclusão de fotografias que ilustrem as situações de desqualificação urbana;
- Quantificação do número de edifícios, habitações e de espaços não habitacionais existentes;
- Quantificação do número de famílias e de pessoas que habitam a área urbana.

A seleção das intervenções a considerar e o respetivo nível de detalhe serão ajustados, em concertação com os diferentes instrumentos de planeamento territorial aprovados e à especificidade da área em estudo, sempre com a validação do município do Alandroal.

Pretende-se que o diagnóstico apresente uma visão global e integrada dos principais constrangimentos para a implementação e promoção de um modelo de coesão e de igualdade social.

A recolha e sistematização desta informação é fundamental para a definição e justificação das soluções a implementar, constituindo o suporte à fase seguinte do estudo.

O diagnóstico permitirá, ainda, identificar as principais comunidades desfavorecidas e ter uma visão integrada dos principais constrangimentos e potencialidades para o alcance da dinamização social e económica. Para isso será efetuada uma análise SWOT (T), por forma a auxiliar na identificação dos elementos chave e no estabelecimento de prioridades de atuação.

Com base nesta análise serão definidas as opções estratégicas, fazendo uma abordagem em 5 áreas: Forças e Oportunidades (tirando o máximo partido dos pontos fortes para aproveitar ao máximo as oportunidades detetadas), Forças e Ameaças (tirar o máximo partido dos pontos





fortes para minimizar os efeitos das ameaças detetadas), Fraquezas e Oportunidades (desenvolver estratégias que minimizem os efeitos negativos dos pontos fracos e que em simultâneo aproveitem as oportunidades detetadas), Fraquezas e Ameaças (as estratégias a adotar devem minimizar ou ultrapassar os pontos fracos e, tanto quanto possível, fazer face às ameaças) e Tendências (visão das tendências tendo por base as mudanças atuais).

#### FASE II: ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE INTERVENÇÃO

A formulação de estratégias de intervenção permite repensar e planear o futuro das comunidades desfavorecidas, resultando na consensualização de uma estratégia global de dinamização económica e social. Após a caracterização e diagnóstico social do território e tendo por base os distintos indicadores socioeconómicos, esta segunda fase, contemplará a identificação de elementos que permitirão definir uma estratégia de intervenção futura. Assim, após a identificação das necessidades encontradas serão definidas estratégias de intervenção para respostas cabal às mesmas.

No que concerne às comunidades desfavorecidas identificadas, será necessário potenciá-las com intervenções carácter físico (material) e social (imaterial). Estas últimas visam a inclusão social destas comunidades, constituindo-se como um elemento complementar integrador e potenciador do bem-estar das comunidades desfavorecidas.

A criação de propostas de intervenção deve passar, de forma articulada, por intervenções de natureza social (CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social, Programa Escolhas, DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária, ou outro projeto integrado), reabilitação do edificado e dos espaços públicos e intervenções de dinamização económica.

Pretende-se com esta fase definir um plano de intervenção e respetivos compromissos de investimento público a realizar, as realizações e os resultados esperados apoiados em metas quantificadas.

Esta fase encerra em si a identificação das necessidades encontradas e respetiva estratégia de intervenção para resposta cabal às mesmas. A estratégia a definir passará pela articulação de intervenções de natureza social, de reabilitação do edificado e dos espaços públicos bem como por intervenções de dinamização económica.





Deste modo, as estratégias a desenvolver poderão contemplar:

- A qualificação e modernização do espaço, equipamentos coletivos e do ambiente urbano;
- Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e infraestruturas verdes;
- Equipamentos de apoio ao desenvolvimento económico;
- Reabilitação/ Requalificação da habitação social e do espaço público envolvente;
- Intervenção em infraestruturas (eletricidade, águas, esgotos, gás);
- Ações da coesão social e da atratividade de zonas urbanas desfavorecidas.

Será ainda efetuada a identificação das tipologias de investimentos disponíveis ou a mobilizar a nível público, considerando as prioridades de investimento do município em sede dos seus instrumentos próprios DS, PDS, e o seu enquadramento nas medidas da tipologia de ação 9.8 como complemento para as medidas de caráter imaterial da tipologia de ação 9.1.

Do mesmo modo será efetuado o enquadramento financeiro adequado previsto no PO Alentejo no objetivo específico: "Promover a inclusão social em territórios desfavorecidos através de ações de regeneração física, económica e social".

A metodologia proposta será apoiada num conjunto de indicadores principais de realização que avaliarão em que medida foram executadas as medidas e intervenções programadas e os indicadores de resultado que avaliarão os impactes das medidas e intervenções e a sua contribuição para os objetivos deste Plano.





#### 2.1.3 A ORGANIZAÇÃO DO PAICD DO ALANDROAL

A elaboração do PAICD - "Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas do município do Alandroal" assenta numa metodologia bipartida com base numa primeira parte de caracterização e diagnóstico e numa segunda parte com estratégias e ações de intervenção.

Numa primeira fase será realizada uma radiografia da situação atual e traçadas as linhas orientadoras ao nível de ações de caráter físico e sociais mais favoráveis, capazes de solucionar os problemas identificados.

Como objetivo específico pretende-se uma regeneração física, económica e social de áreas carenciadas, incluindo bairros sociais ou conjuntos urbanos similares desfavorecidos onde residam comunidades desfavorecidas, e respetivos equipamentos de utilização coletiva para a promoção da inclusão social.

Este plano, com enfoque na comunidade residente, é fundamental para que o município possa mobilizar meios financeiros das prioridades de investimento 9.8 destinada à regeneração física e económica, e 9.1 destinada à regeneração social no âmbito dos financiamentos previstos ao nível do FEDER e FSE.

Aliás, é imperativo, para efeitos de mobilização de verbas de regeneração física, que estas sejam acompanhadas de intervenções de natureza social.

Assim, numa segunda parte serão definidas as principais linhas de orientação, objetivos específicos e intervenções definidos para a comunidade do Alandroal.

O principal objetivo situa-se ao nível da regeneração física, económica e social de áreas carenciadas, incluindo bairros sociais ou conjuntos urbanos similares desfavorecidos onde residam comunidades desfavorecidas, e respetivos equipamentos de utilização coletiva para a promoção da inclusão social.

Assim, articular-se-ão, no âmbito deste plano, tipos de intervenções ajustadas às características físicas e socias das diferentes áreas de intervenção:

- a) Intervenções de natureza social
  - a. Intervenções de integração da população;
  - b. Combate ao insucesso e abandono escolar;
  - c. Formação profissional de jovens NEET;
  - d. Ocupação de tempos livres;







- e. Formação e inclusão de desempregados de longa duração;
- f. Ações para a integração de imigrantes e outras comunidades;
- b) Intervenções de caráter físico
  - a. Intervenções de reabilitação previstas em edifícios de habitação social;
  - b. Intervenções de reabilitação previstas em espaço público envolvente;
  - c. Intervenções de reabilitação previstas em equipamentos de utilização coletiva;
- c) Intervenções de dinamização económica
  - a. Iniciativas de apoio ao empreendedorismo

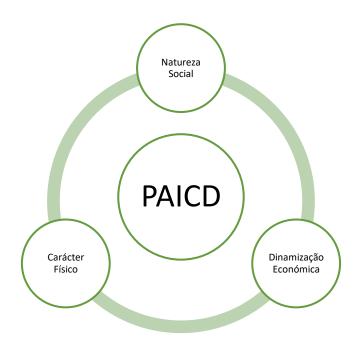


Figura 2 | Áreas de Intervenção PAICD





## 2.2 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO DO PAICD NAS POLÍTICAS DE ORDENAMENTO

O Plano Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) para aplicação ao nível do município do Alandroal, no horizonte temporal 2014-2020, pressupõem responder aos novos desafios e a uma nova ambição para o futuro do concelho.

Será dada especial atenção às pessoas, às comunidades e aos territórios mais desfavorecidos, com o intuito de promover a regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas e, ao mesmo tempo, promover o sucesso escolar, combatendo o abandono escolar entre as crianças e jovens, apoiando o acesso ao emprego por parte dos desempregados. Contribuindo para uma inclusão ativa dos idosos, revitalizando os espaços e as comunidades urbanas desfavorecidas ou territórios rurais e os espaços de baixa densidade.

Neste sentido, torna-se relevante referir que os objetivos estratégicos definidos para o PAICD se encontram em sintonia com a estratégia EUROPA 2020, uma vez que preconizam um crescimento inteligente, sustentado e inclusivo para a União Europeia, enquadrado num dos objetivos propostos pela regulamentação europeia, designadamente: na dimensão do crescimento inclusivo, o emprego, a inclusão social e o combate à pobreza, o ensino e a capacitação da administração pública. Encontra-se, de igual modo, alinhado com um dos quatro domínios temáticos do PORTUGAL 2020 - Inclusão Social e Emprego. Esse alinhamento está assegurado ao nível operacional, através de uma coordenação da aplicação dos fundos europeus na Região Alentejo com os Programas Operacionais Temáticas em cada um dos domínios.

Para finalizar importa referir, que o PAICD surge no âmbito do PEDU e segue as orientações estratégicas definidas pelos diferentes Instrumentos de Gestão Territorial, designadamente: o Programa Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT - Alentejo), mas também por outras figuras do planeamento, elaboradas à luz do Portugal 2020, tal como o Programa Operacional Regional do Alentejo (POR Alentejo), a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), o PACTO para o Desenvolvimento e Coesão Territorial e, finalmente, pelas DLBC - Estratégias para o Desenvolvimento Local.





#### 2.2.1 CONTEXTO EUROPEU

#### 2.2.1.1 Estratégia Europa 2020

A Estratégia Europa 2020 foi elaborada com base na experiência adquirida na estratégia anterior, Estratégia de Lisboa (2000-2010), reflete as alterações contextuais na União Europeia (UE) desde 2000, em particular a necessidade de ultrapassar rápida e consistentemente a crise económica vivida, com impactos substanciais ao nível da estrutura social.

De facto, a crise económica anulou anos de progresso económico e social e expôs as fragilidades estruturais da economia europeia. Não obstante, o mundo continuou a evoluir de forma célere e novos desafios surgiram a longo prazo - globalização, pressão sobre os recursos, envelhecimento da população, tornam- se mais prementes.

Perante este cenário tornou-se evidente a criação de uma estratégia capaz de transformar a UE numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, de forma a proporcionar elevados níveis de emprego, de produtividade, coesão social e territorial. Nesse contexto, a Estratégia da Europa 2020 apresentou uma visão da economia social e do mercado para a Europa.

A Estratégia Europa 2020 estabeleceu três prioridades que se reforçam mutuamente:

- **Crescimento inteligente**: desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação;
- **Crescimento sustentável**: promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva.
- **Crescimento inclusivo**: fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial.







Figura 3| Prioridades da Estratégia Europa 2020

Por forma a concretizar estas prioridades a Comissão definiu cinco objetivos principais que deverão ser atingidos, até ao final de 2020. Esses objetivos dizem respeito ao emprego, I&D, redução do CO2, educação e combate à pobreza.

Na verdade, estes grandes objetivos dão uma visão global da evolução preconizada para UE, até 2020, no que respeita a certos parâmetros. Note-se que os objetivos são comuns e devem ser atingidos através de um conjunto de medidas tomadas quer a nível nacional e quer a nível da UE.

Tais objetivos encontram-se interligados e reforçam-se mutuamente, na medida em que a melhoria da educação contribuirá, certamente, para o aumento do emprego e para a redução de pobreza, assim como uma economia baseada em mais I&D, inovação, ou em recursos mais eficazes torna a Europa mais competitiva e cria mais postos de trabalho e, por outro lado, o investimento em tecnologias mais limpas contribuirá para a luta contra as alterações climáticas e cria novas oportunidades comerciais e de emprego.





A Estratégia Europa 2020 traduz a importância da Europa:

- 1. Mobilizar os seus meios financeiros;
- 2. Explorar novas formas de articulação das finanças públicas e privadas;
- 3. Criar instrumentos inovadores para financiar os investimentos necessários.

Em suma, as instituições europeias com este enquadramento pretendem reforçar a importância do crescimento e do emprego, nas regiões europeias, assumindo os mecanismos de cooperação territorial um papel de destaque no novo ciclo de programação.

## 2.2.1.2. COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ESPANHA-PORTUGAL (POCTEP) 2014-2020

Torna-se relevante fazer referência ao Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal dada a localização, não só, do Alandroal, mas também da CIMBAC, contemplando vários concelhos em linha de fronteira, no período de 2007-2013, reforçou a "Cooperação Territorial Europeia", um dos três objetivos da União Europeia.

Aprovado pela Comissão Europeia (CE), na sua Decisão C (2015) 893, a 12 de fevereiro de 2015, o Programa INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020 é o resultado direto da experiência favorável que, desde 1989, envolveu a cooperação na fronteira entre os dois países, que permitiu e pretende continuar a avançar na melhoria da qualidade de vida dos habitantes do Espaço de Cooperação.

A definição da estratégia de cooperação territorial pretende orientar a aplicação do FEDER durante o período 2014-2020 no espaço transfronteiriço Espanha-Portugal, nesse sentido torna-se imperativo obedecer a um processo, com as seguintes características:

- Baseia-se na análise de cooperação, particularmente tendo em consideração as principais necessidades identificadas no diagnóstico;
- Tem em conta as referências estratégicas mais importantes que incidem na área de cooperação;
- Foi elaborado em estreita colaboração com os responsáveis pela Avaliação Ex-Ante2;
- Baseia-se no princípio da parceria e governação a vários níveis.







As autoridades nacionais e regionais, após um período de discussão e reflexão, acordaram uma proposta de Objetivos Temáticos determinando, deste modo, que a estratégia de cooperação territorial de Espanha e Portugal será fundamentada pelos seguintes objetivos:

- Objetivo Temático 1: Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação.
- Objetivo Temático 3: Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas.
- Objetivo Temático 5: Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos.
- Objetivo Temático 6: Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos.
- **Objetivo Temático 11:** Reforçar a capacidade institucional.

Por sua vez, o Programa estrutura-se nos seguintes Eixos Prioritários:

- Eixo Prioritário 1: Crescimento inteligente através de uma cooperação transfronteiriça para a promoção da inovação;
- Eixo Prioritário 2: Crescimento inclusivo através de uma cooperação transfronteiriça a favor da competitividade empresarial;
- **Eixo Prioritário 3:** Crescimento sustentável através de uma cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão de recursos naturais;
- Eixo Prioritário 4: Melhor capacidade institucional e eficiência da administração pública através da cooperação transfronteiriça;
- **Eixo Prioritário 5:** Assistência Técnica.

Contudo, a definição da estratégia pretende responder às debilidades que afetam o progresso económico e social do Espaço de Cooperação, coerente com o quadro de intervenção política da UE e que goze de um elevado consenso para envolver os diferentes agentes sociais e institucionais para o seu desenvolvimento.





#### 2.2.2 CONTEXTO NACIONAL

#### 2.2.2.1. Portugal 2020

De acordo com as orientações estratégicas Europeias, entendida como um modelo de desenvolvimento e às prioridades de aplicação de fundos estruturais, cada Estado-Membro iniciou os trabalhos, com vista a definição da sua própria estratégica e aplicação dos respetivos fundos comunitários.

Neste sentido, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2012, de 26 de novembro, estabeleceu as prioridades estratégicas e os princípios orientadores para a aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período 2014-2020.

Por sua vez, a Resolução de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio aprovou os pressupostos do Acordo de Parceria e a estrutura operacional dos fundos do Portugal 2020.

Pouco tempo depois a Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/4013, de 14 de junho, decretou um novo modelo institucional de governação dos fundos europeus.

Assim, o Governo Português, através do Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP, no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

Com vista o crescimento e a criação de emprego, foram definidos objetivos temáticos, onde serão aplicadas intervenções necessárias para os concretizar, as suas realizações e os resultados esperados decorrerão através dos financiamentos supramencionados.







Figura 4| Principais objectivos do Portugal 2020

FONTE: AD&C, AGÊNCIA PARA DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P

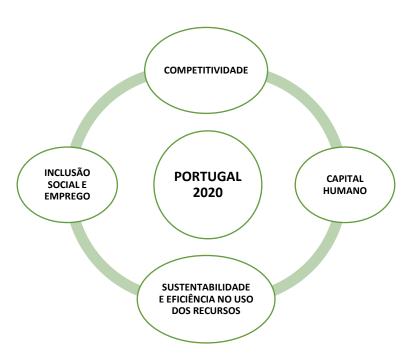


Figura 5| Objetivos Estratégicos do Portugal 2020



Efetivamente, o PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem os Programas de Cooperação Territorial nos quais Portugal participará a par com outros Estados Membros. Relativamente, aos Programas Operacionais Temáticos, o Continente, é compreendido por quatro objetivos estratégicos, tal como se observa na Figura 5.

Dá-se especial enfoque, ao Programa Operacional Temático - Inclusão Social e Emprego (PO ISE), não só porque vai ao encontro com a temática em estudo, mas também, por se tratar de um objetivo comum a toda União Europeia, sendo ele assumido em Portugal com a devida prioridade.

Este programa permitirá reforçar os instrumentos nacionais que concretizarão uma estratégia capaz de impulsionar um crescimento inteligente, e ao mesmo tempo, responda de forma sustentada ao desafio do emprego e da inclusão social.

Neste sentido, o Programa Operacional Temático - Inclusão Social e Emprego (PO ISE) pretende integrar as pessoas em situação de risco de pobreza e o combate à exclusão social, recorrendo a medidas inovadoras de intervenção social e apoios diretos às comunidades desfavorecidas e, por outro lado, com politicas ativas de emprego e outros instrumentos de salvaguarda da coesão social.

O POI SE avança, assim, com dois dos objetivos temáticos dos Fundos Europeus Estruturantes e de Investimento (FEEI) - o Objetivo Temático 8 (OT 8), "Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores" e o Objetivo Temático 9 (OT 9), "Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação".

De facto, o PO ISE abrange as regiões do Continente menos desenvolvidas - Norte, Centro e Alentejo, sendo a prossecução da sua ação no território complementado pela intervenção dos Programas Operacionais Regionais (POR), que abrange de igual modo, a Inclusão social e o emprego.

Por outro lado, importa ainda destacar o Programa Operacional Temático - Capital Humano (PO CH), este prevê o investimento no capital humano (sistema educativo e formação). Na verdade, o investimento no capital humano é o motor mais sustentável do desenvolvimento e da promoção da convergência económica e social.





O PO CH mobiliza o Objetivo Temático 10, Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida, estrutura-se nos seguintes eixos prioritários:

- Eixo I: Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade;
- Eixo II: Reforço do ensino superior e da formação avançada;
- **Eixo III:** Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade.

#### 2.2.2.2. Cidades Sustentáveis 2020

A Estratégia das Cidades Sustentáveis 2020 procura reforçar a dimensão estratégica do papel das cidades nos diversos domínios da Estratégia 2020. Ancorado no paradigma do desenvolvimento urbano sustentável, este documento elaborado à luz do Portugal 2020, constitui as linhas orientadoras para o desenvolvimento territorial, apresentando uma condição fundamental para o enfoque das intervenções não se resumam apenas à dimensão física do espaço urbano, mas antes que vá ao encontro de desígnios mais altos como são o desenvolvimento económico, a inclusão social, a educação, a participação e a proteção do ambiente.

Do mesmo modo procura o desenvolvimento territorial por intermédio do reforço da estruturação urbana do território nacional e a melhoria da qualidade de vida das populações em meio urbano, constituindo, assim, uma proposta de desenvolvimento e sustentabilidade urbana.

Nesse sentido, a Estratégia das Cidades Sustentáveis 2020 baseia-se na resposta a um conjunto de desafios, os quais exigem abordagens integradas, adequadas às condições particulares de cada território, devendo-se enquadrar nas políticas nacionais de desenvolvimento económico-social, e numa perspetiva consistente de médio e longo prazo e capaz de garantir:

- Competitividade e crescimento;
- Inclusão e coesão social;
- Transformações demográficas;
- Governança estratégica;
- Disciplina do uso do solo;
- Viabilidade financeira;







- Regeneração urbana;
- Sustentabilidade e resiliência;
- Integração urbana-rural;
- Integração no espaço internacional;

A prossecução da visão estratégica e a resposta aos vários desafios deverá realizar-se mediante quatro eixos estratégicos, devidamente alinhados com os grandes objetivos da Europa 2020 e com os objetivos temáticos e prioridades de financiamento, no âmbito do novo quadro comunitário relativo aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento. Além disso, a estratégia Cidades Sustentáveis 2020, configura-se com uma proposta que visa garantir um futuro das cidades mais sustentáveis, articulando uma visão com um conjunto de princípios orientadores e quatro propostas de eixos estratégicos de intervenção:

#### ❖ Eixo 1: Inteligência e Competitividade

- ✓ Conetividade e internacionalização
- ✓ Emprego e valorização empresarial e institucional
- ✓ Inovação urbana
- ✓ Identidade e atratividade
- √ Tecnologias de informação e comunicação

#### Eixo 2: Sustentabilidade e Eficácia

- ✓ Regeneração e reabilitação urbana
- ✓ Habitação
- ✓ Ambiente urbano
- ✓ Baixo carbono
- ✓ Alterações climáticas e riscos
- ✓ Integração urbano-rural

#### ❖ Eixo 3: Inclusão e Capital Humano

- ✓ Inclusão Social
- ✓ Capacitação e iniciativa
- ✓ Cultura, cidadania e responsabilidade
- ✓ Comunidades urbanas

#### Eixo 4: Territorialização e Governança

- ✓ Informação e conhecimento
- ✓ Networking e capacitação institucional







No âmbito do PAICD considera-se pertinente explorar, particularmente, o Eixo 3: Inclusão e Capital Humano e o objetivo temático - Inclusão Social, das Cidades Sustentáveis 2020, dado que reforçam a importância de promover a inclusão, a equidade e a coesão social. Pelo oposto considera-se relevante reverter os processos associados à exclusão social, como a pobreza, as dificuldades no acesso à habitação, a equipamentos e a serviços e o afastamento para as periferias.

Por outra via, torna-se pertinente assegurar a extensão, intensidade e qualidade das redes de infraestruturas urbanas e de equipamentos e serviços sociais, através de uma perspetiva funcional e não tão só administrativa, cujo interesse passa, exatamente, por responder às procuras e necessidades específicas e emergentes dos idosos, crianças, jovens, famílias e cidadãos com mobilidade reduzida.

Finalmente, importa garantir a segurança de pessoas e bens, prevenindo e combatendo a criminalidade urbana, com particular enfoque em áreas urbanas críticas e na criminalidade violenta que mais afeta o sentimento de segurança dos cidadãos, e fomentar a prevenção social e o apoio às vítimas, sobretudo crianças, idosos e mulheres.

## 2.2.2.3. Programa Operacional Regional - Alentejo 2020 (POR Alentejo 2020)

O Alentejo 2020 é o Programa Operacional Regional do Alentejo para o período 2014-2020.

No Programa Operacional Alentejo 2020 (POR) contempla uma breve apresentação da Região Alentejo face ao contexto nacional, bem como uma síntese das principais fragilidades e necessidades regionais, incluindo as suas assimetrias territoriais, as principais forças que devem ser mobilizadas para inverter e combater fragilidades.

Do mesmo modo, apresenta a situação da região face às metas da Estratégia - EUROPA 2020 (e o seu desdobramento, tanto para Portugal, como para a Região Alentejo), os principais elementos da estratégia regional e as propostas de ação preconizadas para o programa (eixos prioritários de intervenção), a sua articulação com os objetivos temáticos e prioridades de investimento selecionados, à luz da Estratégia de Desenvolvimento Regional delineada no Plano de Ação Regional (PAR).





Com uma dotação global de 1.082,9 Milhões de euros, dos quais 898,2 Milhões de euros FEDER e 184,7 Milhões de euros FSE, o Programa é constituído por quatro Agendas e 10 Eixos Estratégicos, articulados entre si.

#### Agendas:

- Competitividade e Internacionalização
- Capital Humano
- Inclusão Social e Emprego
- Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

Todavia, a visão estratégica assumida pelo PAICD enquadra-se, no PROT- Alentejo, nos seguintes eixos estratégicos e nos respetivos objetivos temáticos:

#### ❖ Eixo 4: Desenvolvimento Urbano Sustentável

9. Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação

#### ❖ Eixo 6: Coesão Social e Inclusão

9. Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação





#### 2.3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

# 2.3.1. ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (EDNS)

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005-2015 e o respetivo Plano de Implementação (PIENDS- Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável) foram aprovados pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto.

A sua elaboração seguiu os princípios da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (EEDS) e constitui um instrumento de orientação política da estratégia de desenvolvimento do país no horizonte de 2015, servindo de referencial para a aplicação dos fundos comunitários no período 2007-2013 (ENDS,2015).

A ENDS 2005-2015 foi concebida com uma arquitetura de integração e projeção no horizonte de 2015 dos diversos instrumentos de planeamento estratégico do Governo, em particular do Programa Nacional de Reformas, do Plano Tecnológico, do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e das estratégias e medidas sectoriais que os integram.

Apresenta como grande desígnio a promoção do crescimento sustentável do país, tendo em vista tornar Portugal num dos países mais competitivos e atrativos da União Europeia (UE), num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social.

Assume, de uma forma geral, os seguintes objetivos, vetores estratégicos e linhas de atuação:

- Qualificação da população Portuguesa orientada para uma sociedade do conhecimento;
- Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro;
- Gestão eficiente e preventiva do ambiente e dos recursos naturais;
- Organização equilibrada do território, valorizadora de Portugal no espaço europeu e proporcione qualidade de vida;
- Dinâmica de Coesão Social e Responsabilidade Individual;
- Papel ativo de Portugal na cooperação para a sustentabilidade global.





# 2.3.2. PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT)

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) foi aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, e retificado pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de Setembro, e n.º 103-A/2007, de 23 de Novembro. É composto por um relatório e por um programa de ação.

O relatório descreve o enquadramento do país no contexto ibérico, europeu e mundial, faz a caracterização das condicionantes, problemas, tendências e cenários de desenvolvimento territorial de Portugal, identifica os principais problemas para o ordenamento do território, que fundamentam as opções e as prioridades de intervenção em matéria de ordenamento do território, e procede ao diagnóstico das várias regiões, fornecendo opções estratégicas territoriais para as mesmas, estabelecendo um modelo de organização espacial (PNPOT, 2006).

O programa de ação concretiza a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do país, em coerência com outros instrumentos estratégicos, através da definição de orientações gerais, de um conjunto articulado de objetivos estratégicos, que se desenvolvem através de objetivos específicos e de medidas prioritárias, definindo as diretrizes para a coordenação da gestão territorial.

A visão estratégica apoia-se numa análise prospetiva da evolução do território nacional, identificando desafios e oportunidades, definindo as grandes orientações e as principais opções para o modelo territorial.

No âmbito do PNPOT, as orientações estratégicas assumidas pelo PAICD são, asseguradas pelos seguintes objetivos estratégicos:

- Objetivo Estratégico 3: Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Objetivo Estratégico 4: Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.





# 2.3.3. PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALENTEJO (PROT - ALENTEJO)

Os Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT) são, instrumentos de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica de âmbito regional (art.º 7 e art.º 8 da Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto), tem os seus princípios, objetivos e orientações consagradas no PNPOT, que por sua vez, constituem um quadro de referência estratégico para os Planos Diretores Municipais (PDM).

Os PROT são o pilar da política de desenvolvimento territorial, além disso, estabelecem a definição dos programas de ação das intervenções cofinanciadas pelos Fundos Estruturais e de Coesão da União Europeia.

O Programa Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2010 publicada no DR nº148, a 2-8-2010, na qualidade de instrumento de desenvolvimento territorial afirma "...o Alentejo como território sustentável e de forte identidade regional, sustentada por um sistema urbano policêntrico, garantindo adequados níveis de coesão territorial e integração reforçada com outros espaços nacionais e internacionais, valorizando o seu posicionamento geoestratégico".

Estes instrumentos legais balizam a proposta de plano no que respeita às funções, objetivos gerais e estratégicos do Plano Regional do Ordenamento do Território do PROTA.

As enquadrar a visão estratégica adotada no PAICD do Alandroal, no PROTA, destacam-se os seguintes eixos estratégicos de intervenção:

- "Qualificação do Território
- Reestruturação das atividades económicas e promoção do emprego;
- Inovação e formação de competências;
- Reestruturação das atividades económicas e promoção do emprego;
- Qualificação do território;
- Desenvolvimento local (territórios de baixa densidade/zonas de fronteira) ".





#### 2.3.4. PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO ALANDROAL (PDM ALANDROAL)

O PDM é o instrumento principal de gestão territorial que define a estratégia de desenvolvimento e o modelo territorial assim como as principais opções quanto à localização de equipamentos e de infraestruturas. Trata-se, porém, de instrumento de planeamento que serve de apoio à tomada de decisão.

Segundo o n.º1 do art.º84 do RJIT, a Estratégia de Desenvolvimento Territorial e o Modelo de Organização Espacial do Território mencionam que o PDM deve integrar as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional.

Também as diretrizes para elaboração do IGT previstas no programa de Ação do PNPOT referem que os PDM's são os instrumentos privilegiados para executarem a coordenação externa entre políticas municipais e as políticas nacionais e regionais com incidência territorial.

A análise da integração de um concelho num espaço territorial alargado torna-se não só obrigatória assim como deverá ser um exercício fundamental para compreender a sua inserção geoestratégica e mais importante ainda é avaliar o quadro de possibilidade de desenvolvimento e condicionantes externas.

A Revisão do PDM do Alandroal foi aprovada em 2015, definindo, desde então, políticas de desenvolvimento e ordenamento do território municipal, orientadas para o desenvolvimento sustentável e capazes de responder aos novos desafios que o contexto de incerteza atual nos coloca, em termos económicos, ambientais e sociais.

De acordo com o diagnóstico realizado no âmbito da revisão do PDM foram identificados constrangimentos ao nível do concelho que importam ser invertidos, sobretudo os decréscimos populacionais, o empobrecimento e o desemprego resultado da falta de ritmo de desenvolvimento socioeconómico.

A necessidade de inverter a tendência de desertificação humana e territorial e de envelhecimento demográfico é cada vez maior e, assim como a consolidação das atividades económicas em tempo útil, o que deve passar pela identificação e valorização dos recursos endógenos.

Nesse sentido foram traçados grandes objetivos que espelham o modelo estratégico de especialização do Alandroal que, pressupõem a promoção de novas atividades económicas por forma a estancar a desertificação humana do concelho. No âmbito do PAICD do Alandroal





serão tidos em consideração as seguintes linhas de orientação (Documento de Revisão do Plano Diretor Municipal do Alandroal, 2015):

- Compatibilização do desenvolvimento das atividades económicas de base local com os valores naturais e culturais;
- Promoção da diversificação da oferta turística Valorização dos pontos notáveis do concelho, Juromenha e o Vale Sagrado do Lucefécit;
- Afirmação do Alandroal como Centro Urbano Complementar e aposta na regeneração urbana;
- Aposta na divulgação e afirmação do concelho, contribuindo para a alavancar as atividades económicas desenvolvidas;

Face ao exposto é possível afirmar-se que, o PDM constitui-se um guia orientador para elaboração da estratégia de intervenção PAICD do Alandroal, onde muitas das linhas orientadoras do modelo estratégico do Alandroal servirão de base para elaboração da estratégia do presente documento.





#### 2.4. PLANOS ESTRATÉGICOS DO PORTUGAL 2020

# 2.4.1. ESTRAÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ALENTEJO CENTRAL 2014-2020 (EIDT-AC)

A Estratégia de Desenvolvimento Territorial para o Alentejo Central (EIDT-AC) assume-se como documento estratégico onde se encontram definidas orientações específicas para desenvolvimento sub-região do Alentejo Central no horizonte temporal 2014-2020.

Neste documento foi criada uma estratégia para sub-região do Alentejo Central, não só, devidamente articulada com a estratégia regional, mas também com a estratégia europeia (Estratégia Europa 2020) cuja intenção passará por maximizar a capacidade mobilização do conjunto de recursos comunitários disponibilizados pelo FEEI para apoiar financeiramente a concretização da estratégia adotada.

Importa ainda referir que a EIDT-AC beneficiou do enquadramento estratégico facultado pelos diversos referenciais de política pública relevante, designadamente o Plano de Ação Regional do Alentejo 2020, o Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020, e a proposta de Portugal de Acordo de Parceria 2014-2020, assegurando o alinhamento das orientações e das prioridades de desenvolvimento e investimento para a região.

Pretende-se, através da EIDT-AC, dinamizar os fatores estratégicos de competitividade regional e do emprego, através da qualificação dos sistemas regionais de I&D&I e de Transferência de Tecnologia, por estruturar o sistema urbano regional, assente no modelo urbano policêntrico existente, e por contribuir, através de serviços de ecossistema, para a balança nacional de carbono e a contenção do processo de desertificação que ameaça a Europa meridional.

Segundo a EIDT-AC o pleno entendimento deste documento estratégico pressupõe a promoção de cinco desígnios principais que estão subjacentes à estratégia de desenvolvimento preconizada para o Alentejo Central:

- A projeção do Alentejo Central como plataforma territorial fundamental ao desenvolvimento e competitividade económica da região do Alentejo;
- O desenvolvimento e qualificação de estruturas territoriais urbanas numa perspetiva de reforço das condições de dinamização económica e de coesão e sustentabilidade territorial e social da sub-região;





- A preservação das características distintivas do património paisagístico e natural da sub-região;
- 4. A promoção dos níveis de desenvolvimento e bem-estar social e a criação de um quadro de respostas aos fenómenos de exclusão social;
- 5. O fomento da capacitação institucional e da cooperação territorial assente no alargamento e reforço das plataformas de colaboração e parceria institucional;

No contexto PAICD, há que salientar a importância do desígnio 4, enquadrando a necessidade de promover intervenções que visem apresentar respostas aos fenómenos de exclusão social, seguindo de orientação estratégica para PAICD do Alandroal.

Considerando o referido desígnio, apontado pela EIDT-AC, concretiza-lo possibilita implementar no município do Alandroal condições básicas de suporte à atração e fixação residencial (mercado de habitação, acesso a serviços qualificados e diversificados de natureza coletiva, qualidade do ambiente urbano e rural, etc.), bem como estruturar um conjunto de amenidades complementares que contribuam de forma ativa para a qualidade de vida das populações.

Simultaneamente, a EIDT do Alentejo Central para o período 2014-2020 concretiza-se em cinco domínios de intervenção estratégica, que visam alcançar a visão estratégica, definida a nível europeu e nacional. A definição deste quadro de orientação estratégica atende ainda às opções de desenvolvimento regional entretanto conhecidas e estabelecidas no âmbito do Plano de Ação Regional Alentejo 2020. Os domínios de intervenção estratégica são os seguintes:

- Domínio Estratégico de Intervenção A: Competitividade Empresarial, Emprego e Internacionalização;
- Domínio Estratégico de Intervenção B: Reforço e Capacitação Institucional;
- Domínio Estratégico de Intervenção C: Organização e Qualificação do Território;
- Domínio Estratégico de Intervenção D: Coesão Social e Qualidade de Vida;
- Domínio Estratégico de Intervenção E: Valorização e Proteção Ambiental.

Ao nível do PAICD destacam-se os domínios C e D como essencial para a definição das políticas estratégicas para implementar no município do Alandroal.





#### 2.4.2. PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PEDU)

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) resulta do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais que os Municípios que correspondem a centros urbanos de nível superior ou Autoridade Urbana devem apresentar o PEDU desde que pretendam contratualizar com o respetivo Programa Operacional Regional as prioridades de investimento inscritas no eixo urbano. As prioridades de investimento a mobilizar são as seguintes:

- "PI 4.5: Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;
- PI 6.5: Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;
- PI 9.8: Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais".

O PEDU é o instrumento de programação que suportará a contratualização com Autoridades Urbanas, nos termos e para efeitos previstos no artigo 126º do Regulamento Específico. O convite para apresentação de candidaturas, surge com apresentação do Anexo I do Aviso EIDT-99-2015-03.

O PEDU contemplará os vários instrumentos de planeamento, que suportam cada um destas prioridades de investimento (PI):

- Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), com âmbito territorial de nível NUT
   III.
- Plano de Ação de Regeneração urbana (PARU), com âmbito territorial incidente nos centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas industriais abandonadas, dentro de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) em cada centro urbano poderá existir uma ou mais ARU. Estas ARU poderão localizar-se em qualquer centro urbano, correspondendo o centro urbano ao solo urbano que determina o perímetro identificado nos respetivos PDM ou aos aglomerados rurais em solo rústico a regulamentar através de plano de pormenor.
- Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), com delimitação territorial correspondente a pequenas áreas inframunicipais, de acordo





com as características sócio funcionais do espaço. O PAICD, e consequentemente as operações de regeneração física, económica e social a realizar, devem incidir em áreas críticas do território municipal, tendo as intervenções ao nível físico, a existir, que ser acompanhadas com intervenções de natureza social. Em termos territoriais as intervenções não são circunscritas a ARU.

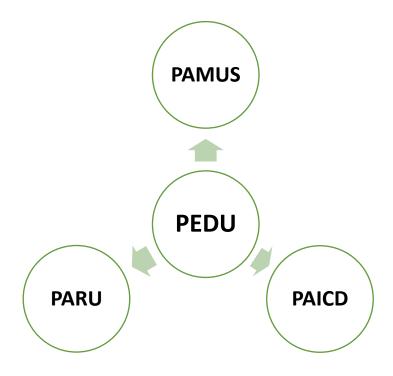


Figura 6| Instrumentos de planeamento do PEDU

No entanto, o PEDU deverá contribuir para as elegibilidades, constantes dos Programas Operacionais específicos nos termos da Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro, indicadores de realização e resultado dos programas financiados.

Estes critérios serão propostos pelas Autoridades de Gestão, ainda que definidos a nível nacional de modo a permitir a sua harmonização, e serão apreciados pela Comissão de Acompanhamento de cada PO. As Autoridades Urbanas são responsáveis pela seleção das operações dando aplicação aos critérios de seleção que foram aprovados pela Comissão de Acompanhamento do PO. Cabe às Autoridades de Gestão verificar a elegibilidade das operações e a sua coerência com os planos respetivos, bem como verificar a elegibilidade das despesas durante a execução das operações.





# 2.4.3. DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC) PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) tem por objetivo primordial a promoção de territórios específicos, bem como a concertação estratégica e operacional entre parceiros, orientada para o empreendedorismo e a criação de postos de trabalho, em coerência com o Acordo de Parceria - Portugal 2020 - e no quadro da prossecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020.

A Comissão Interministerial de Coordenação (CIC - Portugal 2020) pretende com as DLBC, promover uma resposta aos elevados níveis de desemprego e índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

Através de uma abordagem integrada para o desenvolvimento territorial, o DLBC, é apoiado por vários programas operacionais do Acordo de Parceria 2014-2020, e se carateriza pela inclusão de, pelo menos, os seguintes elementos:

- Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) destinadas a territórios sub-regionais ou locais bem identificados;
- Parcerias locais dos setores público e privado (Grupos de Ação Local- GAL);
- Abordagem ascendente em que os grupos de ação local têm poderes de decisão no que diz respeito à elaboração e execução da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), sem prejuízo da sua necessária aprovação pelas entidades responsáveis;
- Concessão e execução multissetoriais da estratégia baseadas na interação entre agentes e projetos de diferentes setores da economia local;
- Execução de abordagens inovadoras;
- Execução de projetos de cooperação;
- Ligação em rede de parcerias locais.

Contudo, os resultados esperados na prossecução dos DLBC, mais especificamente, na componente das comunidades rurais e costeiras, focalizam as intervenções dos DLBC,





sobretudo na criação de emprego e a avaliação das propostas deste tipo de DLBC deve ponderar os seguintes elementos:

- Criação de emprego quer aferido através das "Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego" (PI 9.6 -FSE); quer pelos "Postos de trabalho das empresas apoiadas "no âmbito dos apoios FEDER);
- "Empresas apoiadas" enquanto indicador igualmente relevante no apoio à dinamização da atividade económica local e à criação de emprego;
- Capacidade para uma criação sustentável de emprego, em alinhamento direto com o indicador de resultado da PI 9.6: "Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio";
- Capacidade de mobilização de investimento privado associado à intervenção pública, em alinhamento direto com o indicador de resultado da PI 9.10 "Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado".

Se as EDL se propuseram atuar de forma complementar noutras PI FEDER ou FSE, deverão demonstrar o seu contributo direto para os indicadores de realização e resultado dessas PI. Por exemplo, na possibilidade de haver intervenções no domínio da valorização do património cultural e natural, terão que demonstrar contributos para os seguintes indicadores:

- "Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio"- indicador de realização da PI 6.3;
- Aumento das "Dormidas em estabelecimento hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros" - indicador de resultado da PI 6.3





## 3. Caracterização e Ocupação do Território

#### 3.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

A Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central localiza-se no setor sudeste de Portugal Continental e encontra-se limitada a norte pela sub-região do Alto Alentejo, a sul pela sub-região do Baixo Alentejo, a oeste pela Área Metropolitana de Lisboa, fazendo fronteira com Espanha, na vertente este.

A sub-região do Alentejo Central é constituída por 14 municípios, a saber: Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa e Mora (Figura 7).



Figura 7| Sub-Região do Alentejo Central - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

FONTE: PAMUS ALENTEJO CENTRAL

Em termos territoriais, o Alentejo Central posiciona-se como uma das maiores sub-regiões do país, apresentando, simultaneamente, baixos níveis de densidade populacional, com uma média de 23 habitantes por km², ainda assim, superior às sub-regiões vizinhas, denominadas por "Alentejo Tradicional".





Não obstante a sub-região em estudo ser, desde 1981, a segunda que mais população possui, logo após a Lezíria do Tejo, verifica-se a perda populacional ao longo das últimas décadas, sobretudo desde os anos 70.

Os dados recolhidos nos últimos censos, de 2011, revelam uma quebra populacional de 4%, face a 2001, ao nível da população residente no CIMAC, registando-se um saldo natural e migratório negativo.

Do ponto de vista municipal, comparando os dados de 1991 e 2011, conclui-se que, apenas, Évora, Vendas Novas e Viana do Alentejo apresentam variações da população residente positivas, ou (quase) nulas. Pelo oposto, de forma geral os municípios verificam perdas populacionais relevantes, destacando-se, Mora, Alandroal e Mourão como os apresentam maior taxa negativa (Tabela 1| Variação da População 1991-2011 CIMAC).

Tabela 1 | Variação da População 1991-2011 CIMAC

Município	População Residente 1991	População Residente 2001	População Residente 2011	Variação % 1991-2011
Alandroal	7347	6585	5843	-20,47
Arraiolos	8207	7616	7363	-10,28
Borba	8254	7782	7333	-11,16
Estremoz	15461	15672	14318	-7,39
Évora	53754	56519	56596	5,29
Montemor-o-Novo	18632	18578	17437	-6,41
Mourão	3273	3230	2663	-18,64
Portel	7525	7109	6428	-14,58
Redondo	7948	7288	7031	-11,54
Reguengos de Monsaraz	11401	11382	10828	-5,03
Vendas Novas	10476	11619	11846	13,08
Viana do Alentejo	5720	5615	5743	0,40
Vila Viçosa	9068	8871	8319	-8,26
Mora	6588	5788	4978	-24,44

FONTE: MPT®/INE, 2017

Em termos de organização territorial, o Alentejo Central é sobretudo marcado pela polarização em torno de Évora e a sua especialização funcional. Existem ainda importantes dinâmicas nos aglomerados de Vendas Novas e Montemor-o-Novo, por via do efeito estruturante das acessibilidades existentes. De realçar nos últimos anos alguma dinâmica nos centros urbanos de menor dimensão, assentes em processos de desenvolvimento mais localizado e com





resultados, ainda que ténues e a aprofundar, ao nível da promoção do emprego, do empreendedorismo e da fixação/atração de população e ativos, como é o caso de Arraiolos, Montemor-o-Novo ou Viana do Alentejo (EIDT-AC).

É possível, portanto, caraterizar o sistema Urbano da CIMAC como um sistema disperso e fragmentado cujas relações dos municípios envolventes são apenas mantidas com a sede de distrito.

É de referir ainda que o PROT Alentejo, publicado em Diário da República nº 148 – 2 de agosto de 2010, prevê ainda, como opção estratégica, o reforço da complementaridade dos centros urbanos que permitirá o crescimento da competitividade e da coesão territorial do Alentejo, considerando como polos estruturantes Évora, Beja, Portalegre, Sines - Santiago do Cacém - Santo André e Elvas - Campo Maior, ancorados numa rede de centros organizados numa estrutura policêntrica e associados a uma rede de estruturas logísticas e de desenvolvimento empresarial, apostando em economias de aglomeração de proximidade com as instituições de conhecimento, de inovação, de desenvolvimento tecnológico e de prestação de serviços.

A localização central da sub-região em estudo, situada no eixo Área Metropolitana de Lisboa-Espanha, dota este território de vantagens únicas, retirando, frequentemente, benefícios de carácter económico-social, mas também de proximidade aos equipamentos sociais e culturais existentes na capital Lisboa.

O Sistema Urbano da CIMAC é assegurado pela Autoestrada A6 (Lisboa-Badajoz), que possibilita ligação à A2, assegurando, assim, uma rápida acessibilidade rodoviária ao litoral português. Em termos de Rede Principal, a sub-região conta ainda com uma ligação por Itinerário Principal, IP2 (Portelo-Faro) e com um Itinerário Complementar IC10 (Santarém-Montemor-o-Novo).

Relativamente ao eixo ferroviário é regista-se um desajustamento e envelhecimento das linhas existentes. A sub-região é servida apenas pelos serviços regionais e intercidades da CP - Comboios de Portugal, garantindo ligações a Lisboa e ao Algarve, mas não a Espanha. Encontra-se em fase de estudo a construção da ligação Sines-Évora-Caia e da Linha de Alta Velocidade que se prevê venha a contribuir de forma significativa para a melhoria das acessibilidades regionais à Europa.





## 3.2. ANÁLISE DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

## 3.2.1. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO ALANDROAL

Alandroal situa-se próximo da fronteira com Espanha, no Nordeste do Alentejo Central, ocupa uma área de, aproximadamente 545 km<sup>2,</sup> encontrando-se delimitado a Norte pelo Concelho de Vila Viçosa, a Este por Espanha, a Sul pelo Concelhos de Mourão e Reguengos de Monsaraz e a Oeste pelo Concelho de Redondo.



Figura 8| Enquadramento Territorial do Alandroal no contexto da CIMAC

FONTE: MPT®, 2017

Ao ter-se como referência a vila, a sede de concelho, esta situa-se, relativamente próxima, da A6, (Lisboa-Badajoz), sendo possível a ligação através da EN 255. A vila do Alandroal dista 195km de Lisboa, 110km de Beja, 53km de Évora e 64km de Badajoz.

Do ponto de vista administrativo, Alandroal, encontra-se subdividido por quatro freguesias:

- União de Freguesias do Alandroal;
- Capelins (Santo António);
- Santiago Maior;
- Terena (São Pedro);







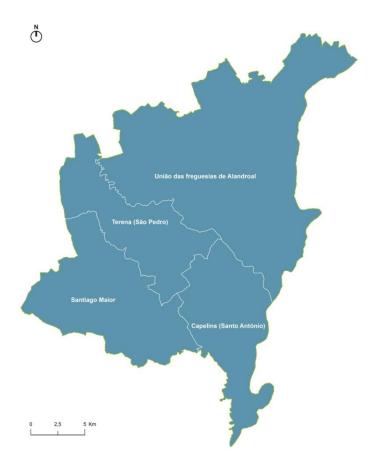


Figura 9| Distribuição Territorial do Município do Alandroal (Freguesia)

FONTE: MPT®, 2017

O território do Alandroal encontra-se delimitado a oriente pelo Rio Guadiana, apresenta uma morfologia típica do Alto Alentejo, onde a paisagem é marcada por níveis aplanados, considerado como setor de peneplanície. A morfologia é relativamente agitada, apresentando uma densa rede de colinas de pouca altitude mas pronunciadas, apresentando um modelado de xisto típico. Verifica-se um claro predomínio de declives inferiores a 5º, o que se traduz em condições excecionais, não só para a edificação de equipamentos coletivos mas fundamentalmente ao nível das características das próprias vias de comunicação.

Em termos climáticos, o sector que integra os limites administrativos do Concelho do Alandroal apresenta um clima de características tipicamente mediterrâneas, com um período estival muito quente e seco. Quanto ao regime das chuvas, por vezes, ocorrem precipitações muito intensas, concentradas no tempo e no espaço.





### 3.2.2 CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE ACESSIBILIDADES DO ALANDROAL

Ao nível da Rede de Acessibilidades do município, a estrutura urbana do Alandroal é marcada pelas vias que atravessam a vila, nomeadamente a EN373 e a EN255.

A EN373 assegura a ligação aos concelhos de Redondo, Vila Viçosa e Elvas, permitindo, a Nordeste, conectar com a A6. À escala do município este traçado, interceta o setor setentrional do município, garantindo ligações às Freguesias de Nossa Senhora da Conceição, São Brás dos Matos e Nossa Senhora do Loreto.

Por outro lado, a EN255, com traçado longitudinal N-S, estabelece o acesso ao setor setentrional da sub-região, Alentejo Central, aos concelhos de Vila Viçosa e Borba, onde, possibilita ligação à A6. A sul, é possível a ligação à EN256, importante eixo viário regional, essencialmente nos fluxos entre o pólo urbano de Évora e o sector oriental do Alentejo Central. À escada municipal, a EN255 estabelece ligação às freguesias de Terena, e Santiago Maior.



Figura 10| Enquadramento da Rede Viária do concelho do Alandroal

FONTE: HTTP://WWW.ESTRADASDEPORTUGAL.PT/, ACEDIDO EM ABRIL DE 2017)





### 3.2.3. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DO ALANDROAL

Por forma a compreender melhor as dinâmicas internas e externas, assim como as questões de proximidade entre as freguesias que compõem o concelho do Alandroal e a forma como estes se relacionam, importa ter em consideração vários indicadores estatísticos.

A análise fina que ora se segue, adotou para rigor de método, os números oficiais do último recenseamento realizado pelo INE, apelando a uma interpretação direcionada para os objetivos do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecida (PAICD) e, o enquadramento temporal focado, sobretudo na comparação dos dados temporais de uma década, 2001-2011, e sempre que se mostrou necessário para a compreensão da causalidade dos fatores, o recurso a horizontes temporais mais vastos.

De acordo com os dados do XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação o município do Alandroal apresentava, em 2011, uma população residente de 5 843 habitantes, enquanto no ano de 2001, ano do XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação registou 6 585 habitantes. Isto significa que num período de dez anos houve uma diminuição de 742 habitantes o que traduz uma taxa de variação populacional de -11,27%.

Em termos de população, o município do Alandroal possuía, em 2011, aproximadamente, 3,5% da população residente na sub-região do Alentejo Central. Neste elemento, o município de Évora, concentrava, 34% da população da CIMAC, surgindo, pelo oposto, o concelho de Mourão, com, apenas, 1,6% da população total (Ver Tabela 2| Percentagem de população residente por município na CIMAC).





Tabela 2| Percentagem de população residente por município na CIMAC

Município	População Residente 2011	% População por Município
Alandroal	5843	3,53
Arraiolos	7363	4,44
Borba	7333	4,43
Estremoz	14318	8,64
Évora	56596	34,16
Montemor-o-Novo	17437	10,52
Mourão	2663	1,61
Portel	6428	3,88
Redondo	7031	4,24
Reguengos de Monsaraz	10828	6,54
Vendas Novas	11846	7,15
Viana do Alentejo	5743	3,47
Vila Viçosa	8319	5,02
Mora	4978	3,00

FONTE: MPT®/INE, 2017

No contexto da CIMAC, o município do Alandroal surge como o quarto com menor número de população residente, apresentando, ainda, uma densidade populacional, 10,7 habitantes por quilómetro quadrado, número que evidencia a elevada desertificação populacional existente no concelho (Ver Tabela 3 | Densidade Populacional Alandroal e CIMAC).

De facto, o valor obtido para o concelho do Alandroal encontra-se, abaixo da média da CIMAC, que se situa nos 23,1%.

Tabela 3| Densidade Populacional Alandroal e CIMAC

Território	População Residente 2011	Densidade Populacional hab/km2	
CIMAC	165688	23,1	
Alandroal	5843	10,7	

FONTE: MPT®/INE, 2017





Ao analisar a população residente do município do Alandroal distribuída pelas suas quatro freguesias, é possível averiguar que a União das Freguesias do Alandroal, obteve maior número de efetivos, influência de uma maior área territorial, logo seguida da Freguesia de Santiago Maior (Ver Tabela 4| População Residente nas Freguesias do Alandroal).

Contudo, na análise à densidade populacional das Freguesias do Alandroal, verifica-se a existência de maior concentração na Freguesia de Santiago Maior, com 19,5hab/km2. A Freguesia de Capelins (Santo António) surge com território com menor densidade populacional 6hab/km2, resultantes dos seus, apenas, 527 residentes.

Tabela 4| População Residente nas Freguesias do Alandroal

Freguesias	População Residente 2011	Área Territorial km2	Densidade Populacional
UF do Alandroal	2344	259,58	9,0
Capelins (Santo António)	527	87,14	6,0
Santiago Maior	2205	112,99	19,5
Terena (São Pedro)	767	82,97	9,2

FONTE: MPT®/INE, 2017

Relativamente à taxa de variação da população, verifica-se que, invariavelmente, todas freguesias do Alandroal verificam uma perda demográfica entre 1991 e 2011, destacando-se o caso de Capelins (Santo António), com uma quebra de aproximadamente 40% ao nível da população residente.

Este número vem apoiar como uma das razões para a reduzida densidade populacional, acima identificada, na freguesia. A União de Freguesias do Alandroal, surge como o território que menor quebra obteve no contexto do município, porém, trata-se de uma quebra acentuada, se considerarmos as médias nacionais e regionais (Ver Tabela 5).





Tabela 5| Variação da População Residente no Município do Alandroal

Território	População Residente 1991	População Residente 2001	População Residente 2011	Variação População 1991-2011 %
Município Alandroal	7347	6585	5843	-20,4
UF do Alandroal	2682	2496	2344	-12,6
Capelins (Santo António)	872	673	527	-39,6
Santiago Maior	2784	2557	2205	-20,8
Terena (São Pedro)	1009	859	767	-24,0

FONTE: MPT®/INE, 2017





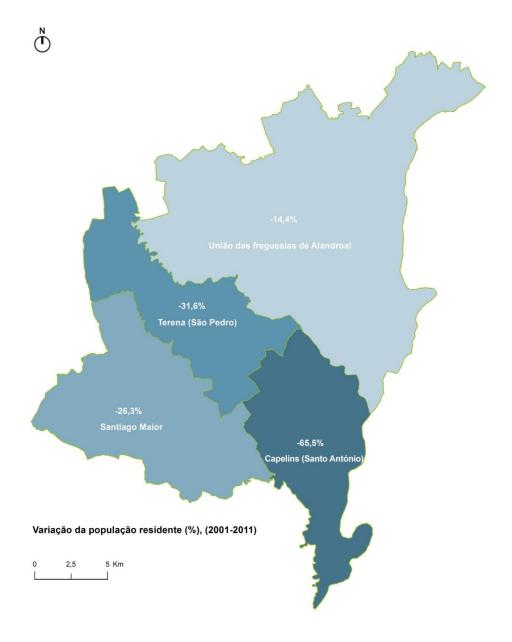


Figura 11| Variação da População no concelho do Alandroal, 2001-2011

**FONTE: INE, 2017** 





Não obstante a região do Alentejo Central ser uma das que menos importa população estrangeira, deveremos considerar a sua expressão que não deverá ser menosprezada. Dos cerca de 27.000 residentes estrangeiros na região Alentejo, 22% residiam no Alentejo Central, representando 2,5% da população residente.

No Município do Alandroal, aproximadamente 1,5% da população possui nacionalidade estrangeira, com principal destaque para a União de Freguesias do Alandroal, com 5% da sua população e para a Freguesia de Terena (São Pedro) com 3,4%. Em comparação com 2001, verifica-se um aumento considerável na percentagem de população estrangeira ao nível das freguesias do Alandroal, exceto na de Santiago Maior, onde o número reduz para apenas 0,4% (Ver Tabela 6 | População Estrangeira no Município do Alandroal 2001-2011).

Tabela 6 População Estrangeira no Município do Alandroal 2001-2011

Território	População Estrangeira 2001 (%)	População Estrangeira 2011 (%)
Município Alandroal	0,8	1,47
UF do Alandroal	1,1	5,1
Capelins (Santo António)	0,7	2,7
Santiago Maior	1,1	0,4
Terena (São Pedro)	0,9	3,4

FONTE: MPT®/INE, 2017

O Gráfico 1 apresenta a estrutura etária da população residente no território municipal do Alandroal no último período intercensitário. Fazendo a sua análise é possível aferir que as alterações percentuais dos grupos etários são reduzidas. No caso do total do município constata-se que houve um decréscimo de 2,2,% no grupo etário dos 0-14 anos e de 0,8% no grupo etário dos 25-64 anos. O grupo etário dos 15-24 aumentou 1,6%, sendo que o grupo da população com mais de 65 anos aumentou 1,3%.

Em síntese, em termos municipais, as alterações não ultrapassaram os 3%, verificando-se estruturas etárias similares, em ambos os períodos censitários, não obstante o aumento da idade média de vida paralelo a nível nacional. O Grupo Etário 25-65 é o que possui maior população, seguindo-se da população com mais de 65 anos.





Ao nível das freguesias do Concelho do Alandroal, destaque para o aumento percentual em todas as situações, no grupo etários 15-24 anos, sendo que destacam-se os aumentos 2,2% e 2% em Terena, Santiago Maior e Capelins, respetivamente.

A faixa etária dos 0-14 anos apresenta valores que requerem análise. Verificam-se decréscimos na União de Freguesias do Alandroal, Capelins e Santiago Maior, sendo que em Terena o valor percentual mantem-se. Capelins destaca-se pela relevante perda percentual de 3,5%, bem como Santiago Maior, 3,8%.

No grupo etário 25-64 anos as oscilações são distintas, constatando-se diminuições de 4,5% 1,7% e 1,5% nas freguesias de Terena, Santiago Maior e Capelins. Apenas a União de Freguesias do Alandroal surge com aumento, neste caso de 2,1%. Estes dados poderão ser justificados com a perda de população residente, verificada no município do Alandroal nos dois períodos de análise, uma vez que este grupo etário corresponde a população em idade ativa.

Relativamente ao grupo etário da população com mais de 65 anos, os resultados acompanham a tendência nacional, de aumento da esperança média de vida, como tal, aumenta a população enquadrável na referida faixa. Ao nível das freguesias, apenas a União de Freguesias do Alandroal não apresenta aumento na população com mais de 65 anos, verificando-se, mesmo, um decréscimo de 1,9%. Nas restantes situações, verifica-se um aumento percentual, destacando-se Santiago Maior e Capelins, com aumentos de 4,1% e 3% respetivamente.

Do ponto de vista global, em 2011, verifica-se que nas quatro freguesias o grupo etário que possui mais população residente é o dos 25-64 anos, representando, sempre, percentagens superiores a 40%. Também no grupo etário da população com mais de 65 anos se constata uma elevada preponderância para a estrutura etária das freguesias do Alandroal, representando, em 2011, percentagens, sempre, superiores a 24%. Destaque-se a freguesia de Capelins (Santo António), onde 41,3% da população residente possui mais de 65 anos, sendo, de facto, a única situação que de proximidade elevada com o grupo etário dos 25-64 anos.

Tendo por base a análise anterior, bem como a percentagem de população com menos de 14 anos, podemos destacar a freguesia de Capelins como o território mais envelhecido do Alandroal.



12 anos a desenhar Portugal

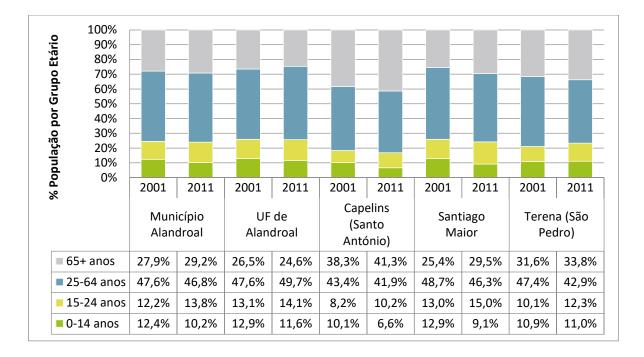


Gráfico 1| Estrutura Etária do concelho do Alandroal (%), 2001-2011

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001 E 2011

O envelhecimento da população é, de facto, um fenómeno evidente e com consequências consideráveis na estrutura económica e social do país, obtendo maior efeito nos territórios do Alentejo e interior de Portugal, caracterizados por territórios de baixa densidade. Aliás, os territórios de baixa densidade e, particularmente, os que se localizam na CIMAC assistiram de forma acentuada à emigração da população e das atividades produtivas.

Estes fluxos migratórios têm progredido sobretudo, nas últimas duas décadas, são compostos quase exclusivamente, por jovens e adultos em idade ativa, conduzindo desta forma ao duplo envelhecimento dos territórios, provocando uma desarticulação na estrutura económica e social o que vai condicionando fortemente as iniciativas de revitalização destes territórios.

Dada a estrutura demográfica da população se encontrar em dividida por grupos etários funcionais é possível proceder-se ao cálculo de indicadores demográficos. A partir dos dados apresentados é possível proceder-se ao cálculo de vários indicadores demográficos, todavia, para o estudo em causa importa ter consideração o índice de envelhecimento, o índice de dependência de jovens, o índice de dependência de idosos e o índice de dependência total.





De forma a ser analisado este fenómeno que se verifica em larga escala no território português, importa ter em consideração a Figura 12 e o Gráfico 2 Onde é possível analisar a evolução do índice de envelhecimento, entre 2001-2011.

O aumento do índice de envelhecimento, embora a ritmos e extensões diferentes, generalizou-se a todos os municípios da CIMAC. O mesmo acontece no município do Alandroal, tornando-se um elemento preponderante para a estrutura social do município.

Ao nível das quatro freguesias, a União de Freguesias do Alandroal e Terena (São Pedro) verificam valores similares nos anos 2001 e 2011. Porém, a Freguesia de de Capelins, apresenta-se, tanto em 2001 como 2011 como a freguesia com maior índice de envelhecimento, verificando um aumento de 210 idosos por cada 100 adultos em idade ativa, situando-se num índice de envelhecimento de 589,5.

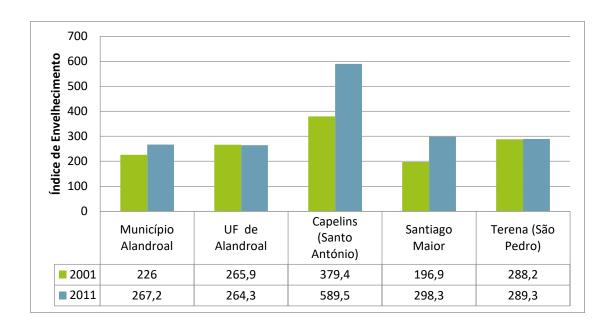


Gráfico 2| Índice de Envelhecimento do Alandroal

**FONTE: INE, 2017** 

A figura que se segue ilustra, justamente, esse aumento nas freguesias do concelho, excetuando-se a União de Freguesias do Alandroal, onde se verifica uma ligeira diminuição.



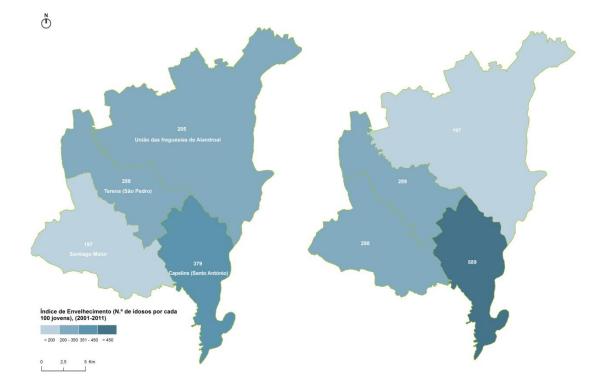


Figura 12| Índice de Envelhecimento do concelho do Alandroal (%), 2001-2011

FONTE: MPT/INE, 2017

A análise dos índices de dependência demográfica revela em 2011 as relações da população idosa e dos jovens, com a população em idade ativa em Alandroal, registando-se um peso bastante superior relativamente aos idosos, quando comparado com o peso dos jovens – cerca de 20 jovens e 52 idosos por cada 100 adultos em idade ativa. Isto significa que a população dependente (aquela cuja idade ainda não permite o acesso ao mercado de trabalho e a população que se encontra em idade de reforma) representava mais de metade da população em idade ativa (índice de dependência total igual a 72).

Quando comparado com o ano de 2001, verificamos que o índice sofre um ligeiro aumento, porém, sempre apresentou números elevados, fator relevante para a realidade do município. Em 2001, existiam 20 jovens e 47 idosos por cada 100 adultos em idade ativa, o que perfaz um índice de dependência total de 67.

Pormenorizando a análise, à escala das freguesias, e comparando ambos os anos, verificamos que no que respeita ao Índice de Dependência de Idosos, existe um aumento considerável na maioria das situações, sendo apenas exceção a União de Freguesias do Alandroal, que mantém





o mesmo Índice. A freguesia de Capelins (Santo António) surge, novamente, como a que maior Índice apresenta, aproximadamente, 84,5 idosos por cada 100 adultos em idade ativa. Este elemento vem comprovar, as estatísticas anteriores, reveladoras do elevado envelhecimento existente neste território.

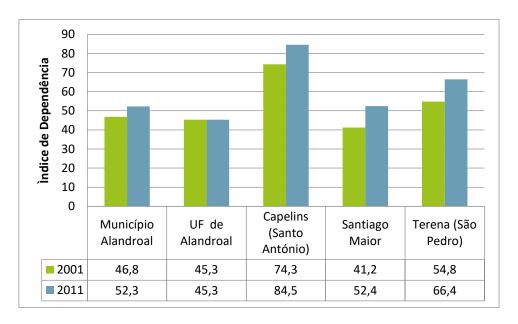


Gráfico 3| Índice de dependência de idosos do concelho do Alandroal

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001 E 2011

Ao nível do Índice de Dependência de Jovens, fazendo comparação entre 2001 e 2011, constatamos que nas Freguesias de Capelins (Santo António) e Santiago Maior existe uma diminuição, mais acentuada na primeira freguesia.

Pelo oposto, Terena (São Pedro) surge como a única freguesia que apresenta um aumento no número de jovens por cada 100 adultos em idade ativa, neste caso mais 4 jovens do que em 2001. É também, a freguesia, onde existe maior Índice de Dependência de Jovens.



12 anos a desenhar Portugal

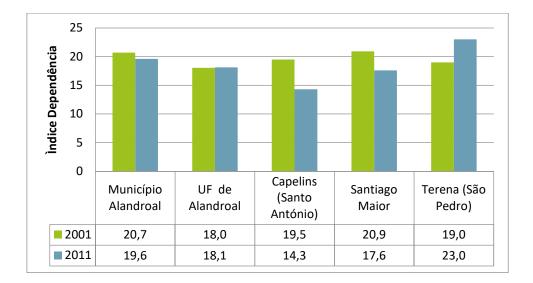


Gráfico 4| Índice de Dependência de Jovens do concelho do Alandroal

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001 E 2011

Analisando a dependência total, no ano de 2011, ao nível das freguesias do Alandroal, constatamos um panorama muito evidente, de elevada dependência. Na freguesia de Capelins (Santo António) calcula-se um Índice de Dependência Total de 99 pessoas dependentes em cada 100 adultos em idade ativa, seguindo-se Terena (São Pedro) onde o Índice alcança as 90 pessoas dependentes.

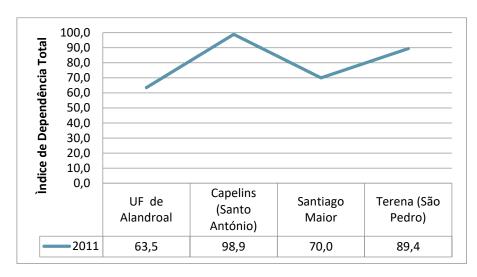


Gráfico 5| Índice de Dependência Total do concelho do Alandroal

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001 E 2011





#### 3.2.4. DINÂMICAS DE ECONOMIA E EMPREGO

A análise que se segue permite avaliar o nível de qualificação da população residente, compreender a taxa de abandono escolar, a taxa de desemprego, por último, a população inativa do concelho do Alandroal. Com essa finalidade, foi realizado o levantamento de dados estatísticos recorrendo ao Instituto Nacional de Estatística — INE, o período em análise recairá, essencialmente, entre 2001 e 2011, e sempre que se revele necessário, para a compreensão de causalidades dos fatores, o recurso a horizontes temporais mais alargados.

A análise dos níveis de instrução da população permite conhecer o grau de qualificação dos residentes, o qual poderá constituir um bom indicador do tipo de emprego e do poder de compra da população.

O Gráfico 6 apresenta a distribuição da população por níveis de qualificação relativo ao período intercensitário de 2001 e 2011 no agregado do concelho do Alandroal.

Ao proceder à sua análise é possível verificar que, entre 2001 e 2011, a população sem qualquer nível de instrução reduziu o seu número de efetivos de 39,7% para 1,8%, uma redução bastante acentuada, que transparece o trabalho desenvolvido ao nível da qualificação da população do Alandroal. Quanto aos restantes níveis de ensino sofreram uma evolução positiva na medida em que acumularam um maior número de efetivos. Destaque para o aumento da população com o ensino secundário e superior, aumentando 15,4% e 10% respetivamente.

Os últimos registos censitários (2011) revelaram que 63% da população do Alandroal possuía o ensino básico, 21,4% dos efetivos detinha o ensino secundário, 11% o ensino superior e 0,8% estavam associados ao ensino médio/pós-secundário. Como referido, apenas 1,8 da população não tinha qualquer nível de instrução

Das quatro freguesias do concelho existem duas que se destacam pelo quadro mais favorável, em termos de qualificação da população, são elas: a União de Freguesias do Alandroal e Terena (São Pedro), não só porque, alcançaram maior percentagem de efetivos com o ensino superior (13,5% e 12,2%) e com o ensino secundário (21% e 28,3%), mas também porque os níveis de instrução mais baixos detiverem o menor números de efetivos.

Dever-se-á, também, destacar as freguesias de Capelins (Santo António) e Santiago Maior que também verificaram um aumento bastante positivo no que respeita ao nível de instrução mais elevados. As duas freguesias são as que apresentam maior percentagem de população com o





Ensino Básico (67,1% e 69,6% respetivamente), verificando-se que, sensivelmente, 20% da população tem o Ensino Secundário. Ambas as freguesias apresentam 2% da sua população sem nível de escolaridade, índice bastante baixo, comparando com o ano de 2001, onde se verifica uma evolução positiva. A freguesia de Capelins (Santo António) é um dos casos de maior redução da população sem instrução, verificando em 2001 sensivelmente 47,3% e em 2011 2%, uma redução de 45,2%.

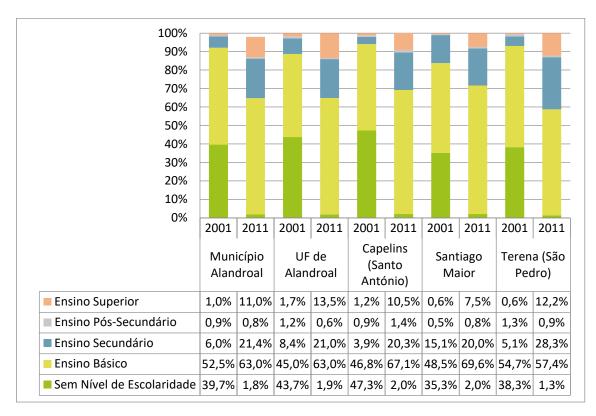


Gráfico 6| Distribuição da População pelos diferentes níveis de qualificação (%), 2001 e 2011

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001 E 2011

Tendo isto, importa analisar o insucesso e abandono escolar no município do Alandroal considerando que assume uma das manifestações mais relevantes dos mecanismos sociais de exclusão. Efetivamente, o insucesso e abandono escolar colocam-nos, inevitavelmente, face ao problema das desigualdades, particularmente, as desigualdades escolares.

O Gráfico 7 permite avaliar o abandono escolar no concelho do Alandroal, de acordo com os dados coligidos do último período intercensitário (2001-2011), o concelho apresenta dados positivos, uma vez que eliminou, quase totalmente, o abandono escolar, fixando-se, agora, em números inferiores a 1%. À escala municipal, Alandroal detinha, em 2001, uma taxa de





abandono escolar de 4,7%, valor que diminui para 0,7% em 2011, resultante das políticas dinamizadas.

Quanto ao ponto de situação das freguesias destaque para Santiago Maior que apresenta a maior diminuição no período intercensitário, nomeadamente 5,9 pontos percentuais, fixando em 2011 apenas 0,9% de taxa de abandono escolar.

Também Capelins (Santo António) merece destaque, uma vez que eliminou o abandono escolar em 2011. Porém é Terena (São Pedro) que se apresenta como caso de sucesso, verificando, desde 2001, uma taxa de abandono escolar de 0%.

Estes valores apresentam uma realidade positiva do município do Alandroal, acima da média nacional. Contudo, dever-se-á contemplar na análise fatores externos que poderão ter influenciado os resultados, como a redução da população em idade escolar.

Não obstante, os dados obtidos apoiam as conclusões anteriores, relativa aos níveis de qualificação da população. A reduzida taxa de abandono escolar apoia a população a elevar os seus níveis de instrução, como se comprova pelos dados obtidos em 2011.

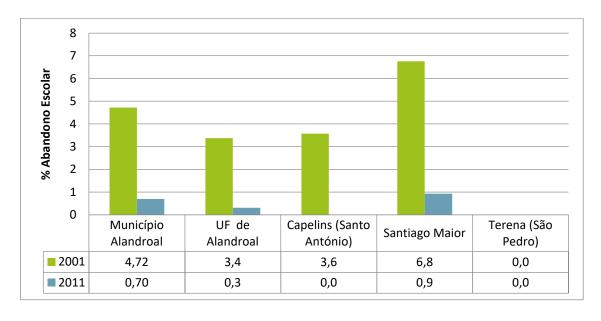


Gráfico 7| Taxa de abandono escolar do concelho do Alandroal (%), 2001-2011

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001 E 2011

A condição da população residente perante o trabalho é um fator imprescindível para entender a relação entre a população ativa, empregada e o total da população residente.





A análise da condição da população perante o trabalho permite concluir que a taxa de atividade (relação entre a população ativa, empregada e desempregada, e o total da população residente) sofreu variações pouco significativas (cerca de 1%), entre 2001 e 2011, em todas as freguesias do Alandroal, exceto em Terena (São Pedro) que diminuiu a taxa de atividade em 2,1%, tal como se pode verificar no Gráfico 8. Em 2011, a União de Freguesias de Odivelas (46,5%) obteve a taxa de atividade mais elevada já Capelins (Santo António) destacou-se, pela taxa mais reduzida (31,5).

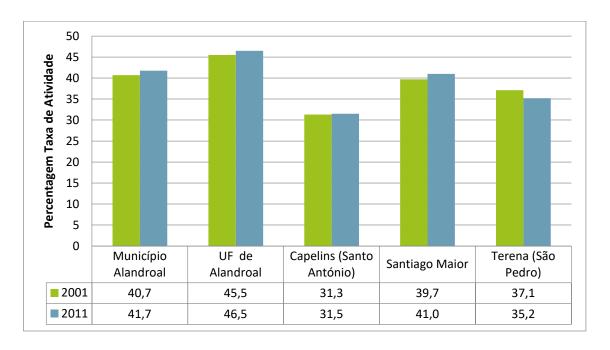


Gráfico 8| Taxa de Atividade do concelho do Alandroal, 2001-2011

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001 E 2011

Ao nível do desemprego o concelho do Alandroal, tal como se pode observar através da Figura 13 e Gráfico 9, obteve entre 2001 e 2011 um aumento determinante. Ao nível do município, a taxa de desemprego aumentou, sensivelmente 7%, tendência que se propagou em todas as freguesias do concelho.

A freguesia de Santiago Maior (18,8%) foi aquela que apresentou a taxa de desemprego mais elevada, superando a taxa média verificada no concelho (15,6%) e da sub-região da CIMAC (11,2%), ao passo que a União de Freguesias do Alandroal (13,5%) assinalou a taxa desemprego mais reduzida.



Importa porém, salientar como fator explicativo para os valores alcançados, que esta última década foi marcada por grave crise económica, com o início em 2008. Até este período o aumento da taxa de desemprego tinha sido gradual, com o início da crise essa tendência agudizou-se e aumentou significativamente o número de pessoas em situação de desemprego, atingindo valores históricos, tendência essa que se consolidou a nível nacional.

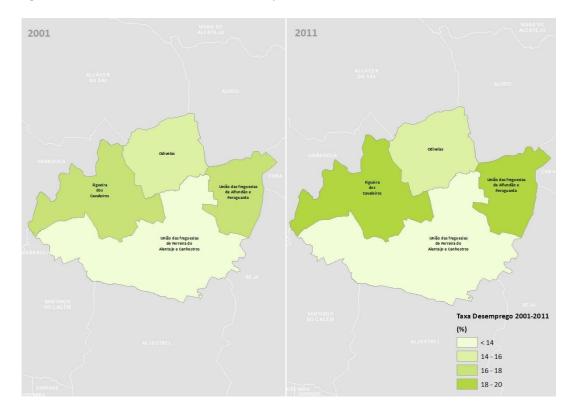


Figura 13| Taxa de desemprego no concelho do Alandroal (%), 2001-2011

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001 E 2011



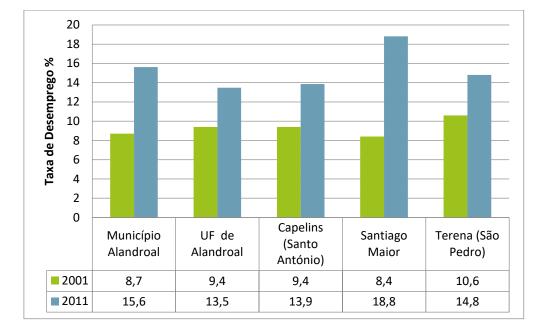


Gráfico 9| Taxa de Desemprego do concelho do Alandroal, 2001-2011

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001 E 2011

A repartição da população empregada por sectores de atividade patente no Gráfico 10 evidência, conforme seria de esperar, o predomínio do sector terciário na maioria dos das freguesias do concelho, contudo está bem patente a importância do sector secundário, registando uma percentagem superior ao sector primário (29% vs 17%).

Efetuando comparação entre 2001 e 2011 verifica-se que os três setores de atividade, no primeiro ano, se encontravam distribuídos de forma, quase, similar, apresentando o primário uma importância de 23%. Porém, no ano de 2011, essa distribuição acentuou-se no setor terciário, que emprega, agora, aproximadamente 52% da população do município. Contudo, destaque para o setor primário que, embora a redução, ainda apresenta uma importância bastante relevante para o município, e superior à média nacional.

Ao nível das freguesias, verifica-se que, em todas, o setor terciário emprega a maioria das pessoas do Alandroal, apresentando taxas próximas dos 50% da população. Destaca-se a União de Freguesias do Alandroal, que alcança a maior taxa, 57%.

O Setor secundário, ainda apresenta, elevada preponderância no concelho, verificando-se que Santiago Maior, ainda, apresenta uma elevada taxa de atividade neste setor. De facto, esta freguesia, sempre apresentou elevada dinâmica neste setor de atividade, apresentando em 2001 uma taxa de 44%, inclusive superior à população empregada no setor terciário.





Relativamente ao setor primário deve-se destacar a situação de Capelins (Santo António), onde a taxa alcança os 29%. Este número supera inclusive a população empregada no setor secundário, apenas 24%. Efetivamente, Capelins (Santo António) foi um território onde a população se dedicava a atividades de setor primário, tanto que, em 2001, o setor era o que empregava maior número de população, superando o setor terciário em 1 ponto percentual.

Também a freguesia de Terena (São Pedro) deverá ser alvo de análise, uma vez que apresenta a maior taxa de terciarização da atividade, verificando-se desde 2001, um aumento de 19% de população empregada neste setor. Este resultado é reflexo da diminuição acentuada da população empregada no setor secundário, 13% e do primário 6%.

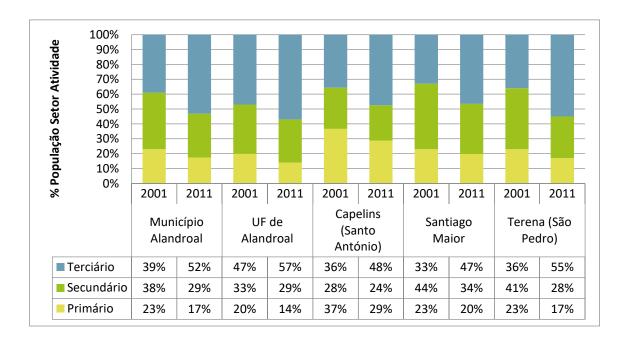


Gráfico 10| Distribuição da população do Alandroal pelos diferentes setores de atividade (%), 2001-2011

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001 E 2011

No que concerne à população sem atividade económica no concelho do Alandroal (Gráfico 11), observa-se que o grupo dos reformados é o que mais se destaca por assumir grande expressividade, quer em 2011 com 60,2% dos efetivos e quer em 2001 por reunir 53,7% da população residente. Por seu turno, o grupo que menos se evidência é respeitante ao grupo dos indivíduos com incapacidade para o trabalho, sendo representado por 2,2% da sua população em 2011 e 3,3% em 2001.





Destaque, também, para a população com menos de 15 anos, que representa, em 2011, 18,4% da população sem atividade. Relativamente aos dados de 2001, verifica-se em percentagem de domésticas reduziu, em 2011, sensivelmente, 3%.

Já a taxa de estudantes mantem-se quase inalterável, verificando-se, um aumento de 0,4%.

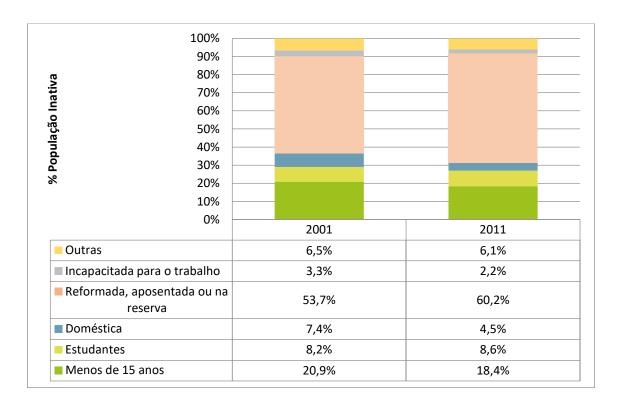


Gráfico 11| População sem atividade econonómica no concelho do Alandroal, 2011

FONTE: PORDATA, RECENSEAMENTOS GERAIS DA POPULAÇÃO, 2001 E 2011

Para o estudo em causa interessa ainda ter em consideração a criminalidade existente no concelho do Alandroal. Porém, há que salientar que a sua análise será limitada devido à falta de dados ao nível da freguesia, o que não permitirá, descrever e identificar os locais com o maior e menor número de ocorrências de crimes e o tipo de delitos perpetrados por freguesia.

Analisando o Gráfico 12, é possível perceber que à escala municipal o total de crimes registados pelas polícias aumentou ligeiramente, entre 2001 e 2011, na medida em que em 2001 se registaram um total de 74 crimes e em 2011 esse valor situou-se nos 99.

Refira-se que os Crimes contra Pessoas são os que apresentam maior incidência, 39 efetivos em 2011, seguido dos Crimes contra o Património, situando-se em 35.



12 anos a desenhar Portugal

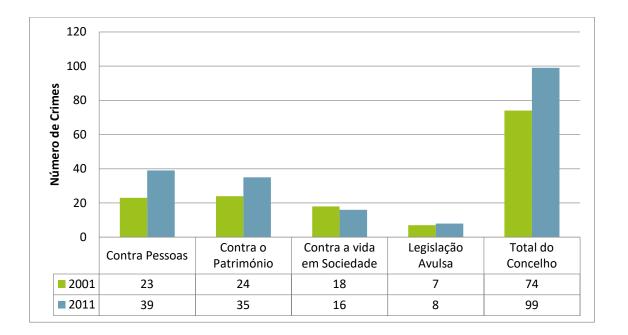


Gráfico 12| Crimes registados pelas polícias 2001-2011

FONTE: PORDATA, RECENSEAMENTOS GERAIS DA POPULAÇÃO, 2001 E 2011





## 3.2.5. DINÂMICAS DE OCUPAÇÃO RESIDENCIAL

No âmbito das dinâmicas de ocupação residencial, torna-se fundamental conhecer as profundas transformações da sociedade atual, como é o exemplo do processo de globalização, uma vez que tem originado grandes alterações nas dinâmicas habitacionais associadas às mudanças socioculturais e aos modos de vida da população.

Nesse sentido, a análise que ora se segue tem por objetivo compreender as dinâmicas habitacionais do concelho do Alandroal, entendido como um elemento determinante na elaboração do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), devendo por isso ser contemplado um conjunto de indicadores que permitam avaliar as condições de habitabilidade das populações, tais como: variação de alojamentos familiares por forma; alojamentos por data de construção; número de edifícios por freguesia; número de edifícios de habitação social; idade média dos edifícios; proporção de edifícios muito degradados e a proporção de edifícios com necessidades de reparação.

É, porém, uma componente fundamental para a definição da estratégia de apoio à regeneração física, económica e social das Comunidades Desfavorecidas em áreas rurais e urbanas, tendo em conta que as intervenções a desenvolver deverão estar enquadradas com as tipologias de ação financiadas pelo Portugal 2020.

Ao analisar-se os alojamentos familiares por forma de ocupação no concelho do Alandroal (Gráfico 13) é possível constatar-se que, entre 2001-2011, a residência habitual diminui de 62,5% para 52,9%. Já as habitações de uso sazonal ou secundário sofreram um aumento de 25% para 35,5% e habitações vagas um decréscimo de 12,5% para 11,2%.

A freguesia que apresenta maior percentagem de edifícios dedicados para residência habitual é Santiago Maior, com aproximadamente 60,3% destinados para esse fim. Essa tendência já se verifica desde 2001, sendo, também, o território com maior proporção de residência habitual, na época, 72,6%.

Dever-se-á destacar, ainda, a União de Freguesias do Alandroal que possui 55,1% de edifícios para residência habitual. Capelins surge como a freguesia que menor proporção de alojamentos destinados para residência habitual.

Ao nível de alojamentos para uso sazonal ou secundário, destaque para Capelins, com uma percentagem de 59,6%, aumentando em 12% a proporção obtida em 2001. A freguesia de





Terena (São Pedro) também apresenta uma proporção considerável, com aproximadamente 46,2% destinados para este fim.

Nota, ainda, para Santiago Maior que, embora seja onde existe menor proporção de edifícios destinados para este fim, 21.3%, verifica, comparado com 2001, um crescimento de 12%.

Relativamente à residências vagas, comprova-se uma maior incidência na freguesia de Santiago Maior, 18,4%, valor que se mantem desde 2001. Quanto às demais situações, verifica-se uma ligeira diminuição.

Em suma, constata-se que na União de Freguesias do Alandroal e Santiago Maior, a maior proporção habitações se destinam a residência habitual, enquanto nas freguesias de Terena (São Pedro) e Capelins (Santo António) são para uso sazonal ou secundário.

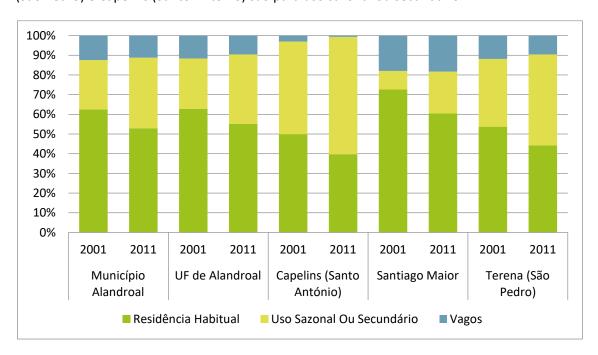


Gráfico 13| Alojamentos por forma de ocupação no concelho do Alandroal, 2001-2011

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001 E 2011

A Tabela 7 apresenta o número de alojamentos existentes no concelho do Alandroal, entre 2001 e 2011. Ao efetuar a sua análise verifica-se uma evolução positiva de cerca de 10,2%, considerando que o total de alojamentos era, em 2001, de 4097 e em 2011 de 4515.

Ao nível das freguesias, é Santiago Maior e a União de Freguesias do Alandroal que apresentam maior variação positiva, ao nível dos alojamentos, com crescimento de, aproximadamente, 12%.





Capelins (Santo António) e Terena (São Pedro), também assinalam variações positivas, não obstante serem em número inferior.

Estes dados permitem fazer paralelo o número de alojamentos por forma de ocupação, uma vez que Santiago Maior e a União de Freguesias do Alandroal são os dois territórios com maior proporção de alojamentos para residência habitual, e que apresentam maior variação positiva ao nível de novos alojamentos. Pelo oposto, Capelins (Santo António) surge como a freguesia que verifica menor número de alojamentos em 2011, sendo, também, o território que verifica menor número de habitações para residência habitual.

Tabela 7| Variação do Número de Alojamentos, 2001-2011

Território	Número de alojamentos (2001)	Número de Alojamentos (2011)	Variação do número de alojamentos
Município Alandroal	4097	4515	10,2%
UF do Alandroal	1516	1700	12,1%
Capelins (Santo António)	593	615	3,7%
Santiago Maior	1298	1461	12,6%
Terena (São Pedro)	690	739	7,1%

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001 E 2011

Fazendo análise à Tabela 8 relativa ao número de alojamentos por data de construção, no município do Alandroal, constata-se que, o período compreendido entre 1981-1990 obteve o maior número de construções. Isto significa que os 581 alojamentos construídos, neste período, possuem atualmente entre 27 a 36 anos. Assim, concluímos que, 35% dos alojamentos do Alandroal foram construídos na década de 80. Destaca-se, pelo inverso, o período compreendido entre 2006 e 2011 ao contabilizar o número mais reduzido de construções (151 alojamentos), provavelmente edifícios com melhores condições, face a sua juventude de construção.

No que diz respeito às freguesias, há que salientar que a União de Freguesias do Alandroal é o território onde são construídos maior número de alojamentos, resultante também da sua maior área territorial. Neste aspeto, também destaque para Santiago Maior, que também apresenta maiores números de construções.

Iminentemente ligado ao número de população residente constata-se que o número de construção de novos alojamentos vem decrescendo, em paralelo com a perda populacional.





Tabela 8| Número de alojamentos por ano de construção

Território	1981-1990	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006-2011
Município Alandroal	581	325	299	298	151
UF do Alandroal	277	166	135	175	66
Capelins (Santo António)	8	19	27	16	10
Santiago Maior	198	91	108	81	56
Terena (São Pedro)	98	49	29	26	19

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001 E 2011

Quanto à idade média dos edifícios do concelho do Alandroal era, em 2011, superior a 45 anos. Este valor situa-se dois anos acima da média da região do Alentejo (44), e 8 anos acima da média nacional (37).

Aproximadamente 44 anos de idade é a média mais frequente dos edifícios da União de Freguesias do Alandroal e Santiago Maior, verificando-se uma ligeira diminuição na freguesia de Terena, 42,8 anos.

Destaca-se, em muito, a idade média dos edifícios da freguesia de Capelins (Santo António) com 72 anos de idade. Como constatado anteriormente, apenas 80 edifícios, de um total de 615, foram construídos nos últimos 40 anos, o que permite concluir que se trata de uma problemática que carece de intervenção.

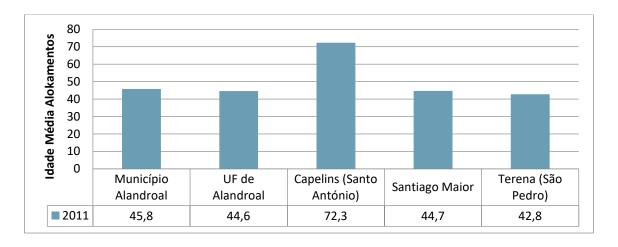


Gráfico 14| Idade média dos edifícios do Alandroal, 2011

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001







Um indicador de extrema importância, no âmbito da elaboração do Plano de Ação Integrado para as Comunidade Desfavorecidas, é justamente, o estado degradação e as necessidades de reparação dos edifícios das áreas identificadas como comunidades desfavorecidas, a fim de serem desenvolvidas ações, de apoio à regeneração física, económica e social, no âmbito do atual quadro comunitário - Portugal 2020.

Tendo por base o Gráfico 15 é possível constatar que, no município do Alandroal, os edifícios degradados aumentaram ligeiramente. Entre 2001 e 2011, aumentou 1,3% o número de edifícios degradados.

A freguesia de Terena (São Pedro) é onde esta percentagem mais se evidencia. Em 2011, aproximadamente 5% dos edifícios encontravam-se degradados, um aumento de 4% face a 2001. Também a União de Freguesias do Alandroal e Santiago Maior verificam crescimento da percentagem de edifícios degradados, 2,5% e 1,3%, respetivamente.

Pelo oposto surge Capelins (Santo António), reduzindo, entre 2001 e 2011, a percentagem de edifícios degradados para 0,2%. Estes dados reportam que, não obstante a reduzida construção de edifícios desenvolvida nos últimos 40 anos, bem como a elevada Idade Média dos edifícios (72 anos), estes não se encontram degradados.

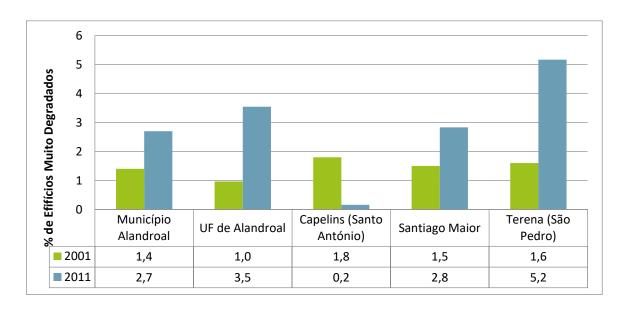


Gráfico 15| Proporção de edifícios muito degradados, 2001-2011

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001 E 2011





Relativamente à proporção de edifícios com necessidade de reparação, verifica-se, à escala municipal, que o número reduziu sensivelmente 10 pontos percentuais (33% vs 23,3%).

Ao nível das freguesias, à exceção de Terena (São Pedro) todas diminuíram a proporção de edifícios com necessidade de reparação, sendo destaque a União de Freguesias do Alandroal, com uma diminuição de 24%.

Efetuando uma análise aos últimos dois indicadores, conclui-se que, aproximadamente 60% dos edifícios da freguesia de Terena (São Pedro) carecem de intervenção, sendo o território mais prioritário, não obstante ser onde os edifícios possuem menor idade média de construção.

Pelo oposto, Capelins (Santo António) apresenta, "apenas", 19,5% dos edifícios com necessidade de intervenção, valor bastante reduzida, considerando, uma vez mais, a idade média de 72 anos.

As duas áreas com maior número de população e número de alojamentos para residência habitual, situam-se na mesma posição, relativamente aos dois indicadores anteriores, sendo que aproximadamente 20% carecem de intervenção física, não obstante terem diminuído, no último período censitário a proporção de edifícios que necessitam de reparação.

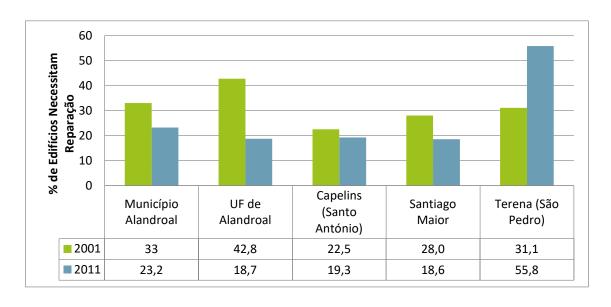


Gráfico 16| Proporção de edifícios com necessidade de reparação

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2001 E 2011





## 4. Análise SWOT(T)

Nesta fase do trabalho será realizada uma análise SWOT (T) à realidade de cooperação do território do Alandroal. Serão desta forma extraídas as principais debilidades, potencialidades, oportunidades e ameaças existentes no território e, por fim, as novas tendências verificadas, em contexto, nacional.

Esta análise permitirá ainda sistematizar os resultados obtidos na fase de diagnóstico, identificando os pontos fortes destes territórios que poderão vir a ser os atuais motores de evolução; as áreas de melhoria, para as quais devem ser desenhadas estratégias específicas, as oportunidades, que refletem as influências positivas externas e que importam aproveitar; e relativamente, às ameaças, é relevante conhecê-las integralmente para que se possam prevenir.

Esta análise deverá orientar as opções estratégicas a desenvolver, tendo em vista os seguintes elementos:

- Forças e Oportunidade: (tirar o máximo partido dos pontos fortes para aproveitar ao máximo as oportunidades detetadas);
- Forças e Ameaças: (tirar o máximo partido dos pontos fortes para minimizar os efeitos das ameaças detetadas);
- Fraquezas e Oportunidades: (desenvolver estratégias que minimizem os efeitos negativos dos pontos fracos e que em simultâneo aproveitem as oportunidades detetadas);
- Fraquezas e Ameaças: (as estratégias a adotar devem minimizar ou ultrapassar os pontos fracos e, tanto quanto possível, fazer face às ameaças)
- Tendências e Oportunidades: (visão das tendências positivas com base as mudanças atuais).
- Tendências e Fraquezas: (visão das tendências negativas com base nas mudanças atuais).





## **PONTOS FORTES**

- ✓ Localização geográfica próxima de Espanha e Évora, cidade com maior dinâmica económica da CIMAC;
- ✓ Boas acessibilidades;
- ✓ No território existem recursos naturais de grande valor ecológico;
- ✓ Património natural e cultural, gerador de oportunidades e capaz de incentivar a competitividade e atratividade territoriais;
- ✓ Potencial cénico associado à paisagem e à topografia da região;
- ✓ Aumento dos proveitos económicos provenientes da atividade turística;
- ✓ Recursos energéticos endógenos de qualidade;
- ✓ Aumento da taxa de atividade;
- ✓ Diminuição da taxa de analfabetismo e aumento da população com nível de qualificação superior;
- ✓ Diminuição, quase total, da taxa de abandono escolar;
- ✓ Dinâmica de modernização agrícola (decorrente do sistema de regadio);
- ✓ Extensão e harmonia da Paisagem;
- ✓ Existe resposta de ocupação de tempos livres para crianças e jovens, quer por parte da escola, como de outras associações do concelho;
- ✓ Presença de Habitação Social, propriedade do Município.



## **PONTOS FRACOS**

- ✓ Território concelhio caraterizado por baixa densidade populacional e por uma população envelhecida;
- ✓ Elevado índice de envelhecimento;
- ✓ Elevado número de população reformada/aposentada;
- ✓ Reduzida percentagem de população jovem;
- ✓ Baixo nível de escolaridade com baixos índices de habilitações médias e superiores;
- ✓ Recursos humanos qualificados em número inferior à média nacional;
- ✓ Preponderância de emprego sazonal na área agrícola;
- ✓ Elevada taxa de desemprego;
- ✓ Dificuldades de inserção socioprofissional decorrentes da falta de dinamismo empresarial;
- ✓ Dificuldade de acessibilidade e de mobilidade para todos no espaço público e edificado;
- ✓ Dificuldades de atração e na retenção de recursos qualificados;
- ✓ Reduzida capacidade de incubação de empresas de cariz inovador;
- ✓ Fraca cobertura de equipamentos sociais (culturais e desportivos);
- ✓ Elevado número de alojamentos vagos e secundários;
- √ Idade média dos edifícios muito elevada;





## **OPORTUNIDADES**

- ✓ Localização geográfica como fator potenciador económico;
- ✓ Apoio financeiro do PORTUGAL 2020;
- ✓ Aposta na regeneração urbana;
- ✓ Forte capacidade para a fileira Agroindustrial;
- ✓ Criação de projetos e ações que promovam o envelhecimento ativo;
- ✓ Potencial de aproveitamento das fontes de energia renováveis;
- ✓ Produtos endógenos diferenciados de enorme valor e qualidade;
- ✓ Criação de imagem de marca;
- ✓ Gastronomia (pratos típicos, porco de montado, peixe do rio, doces tradicionais; delícia de bolota, pastel de bolota, queijada de chichar, Pêro Rodrigues, pão de rala)
- ✓ Formação e especialização do setor primário;
- ✓ Investimento no setor primário;
- ✓ Potencial da região no setor do turismo, nomeadamente turismo de natureza, ecoturismo, enoturismo e turismo aventura, fruto da localização privilegiada na peneplanície alentejana;
- ✓ Reabilitação de edifícios devolutos para outros fins (Turismo, Habitação Social...)
- ✓ Promoção da Rota da Mármore;





## **AMEAÇAS**

- ✓ Acentuada dicotomia litoral/interior ao nível nacional;
- ✓ Crescente despovoamento e envelhecimento da população;
- ✓ Envelhecimento e degradação do património histórico e habitacional;
- ✓ Elevado índice de dependência total;
- ✓ Excessiva dependência de processos nacionais e supranacionais;
- ✓ Concorrência de outras regiões que disputam os mesmos recursos;
- ✓ Dificuldade de adaptação das pequenas empresas e de práticas de I&D e de inovação;
- ✓ Fraca atratividade de recursos qualificados;
- ✓ Atrasos nas obras das infraestruturas rodoviárias;
- ✓ Erosão dos solos e desertificação;
- ✓ Progressiva diminuição da procura dos transportes públicos;
- ✓ Polarização de dinâmicas turísticas (Algarve, Alentejo Litoral e Évora);





## **TENDÊNCIAS**

- ✓ Crescimento da procura turística por produtos diferenciados;
- ✓ Grande valorização do património natural e cultural;
- ✓ Aumento da pobreza;
- ✓ Diminuição do crescimento demográfico nos espaços europeus;
- ✓ Aumento de iniciativas e projetos de revitalização e regeneração urbana;
- √ Redução das emissões de GEE associado ao consumo energético;
- ✓ Grande potencial de valorização ambiental dos espaços agroflorestais;
- ✓ Promoção dos modos suaves, em detrimento do uso do transporte individual;
- ✓ Adoção de estratégias capazes de promover o envelhecimento ativo;
- ✓ Oportunidade de requalificação física e social das áreas urbanas degradadas;
- ✓ Oportunidade de requalificação do espaço público de forma a valorizar o contexto urbano das comunidades desfavorecidas;
- ✓ Oportunidade de reabilitação e melhoria dos equipamentos públicos de apoio e promoção do desenvolvimento económico;



## 5. Componentes do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas

O presente documento pretende intervir de forma integrada, articulada e complementar sobre as diferentes comunidades desfavorecidas existentes no concelho. As intervenções pretendidas para Alandroal visam a maior capacitação do território, diminuindo o impacto das dos elementos interligados à escassa atividade económica, elevada taxa de desemprego, e evolução demográfica.

Dinamizar um ambiente mais favorável para a população do Alandroal é o principal objetivo estratégico do PAICD, através de ações de carácter físico (material) e social (imaterial).

Apesar das ações de caráter imaterial, no âmbito da presente candidatura não serem diretamente elegíveis, serão, igualmente, enquadrados a fim de dar maior coerência ao investimento a efetuar.

#### As intervenções de carater físico (PI 9.8) incidirão sobre:

- Reabilitação e melhoria das condições físicas dos espaços físicos e edificados;
- Reabilitação e melhoria dos equipamentos públicos de apoio e promoção do desenvolvimento social e económico;
- Reabilitação de edifícios, designadamente os que são destinados para habitação e equipamentos de uso público.

#### As intervenções de caráter social (PI 9.1) incidirão sobre:

- Promoção de uma maior inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis;
- Promoção da igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.
- Ações direcionadas ao envelhecimento ativo e saudável e de combate ao isolamento;
- Inclusão social: aumentar empregabilidade, combater a pobreza e a exclusão social;

Ao conjugar-se as intervenções de caráter físico com as intervenções de caráter social, através da implementação de ações coerentes e integradas, e utilizando as sinergias das comunidades e parceiros locais, conseguir-se-á, maior inclusão e integração social das comunidades desfavorecidas.



CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL



Os objetivos de qualificação sustentável da população, baseada em melhor literacia, melhor cidadania, melhor qualidade de vida, melhor visão empreendedora e melhor intervenção social, resultarão numa população com preparação e espírito crítico para enfrentar as rápidas dinâmicas da conjuntura atual.

Pretende-se, fundamentalmente, um desenvolvimento de competências para a população (Capacitação das Pessoas), promoção do empreendedorismo e inovação, bem como, a promoção da coesão social e territorial garantindo melhoria da qualidade de vida e capacitação das pessoas, reforço da competitividade do tecido empresarial, preservação, valorização e promoção do património ambiental e da identidade cultural, e simultaneamente, a promoção da inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis, a promoção da aprendizagem ao longo da vida e do envelhecimento ativo, o combate ao insucesso e ao abandono escolar, a promoção da cidadania ativa e da dinamização de relações de convivência e de solidariedade local e, finalmente, a promoção da atividade económica de proximidade e melhoria da acessibilidade a serviços sociais.

Em matéria urbana, é sabido que o despovoamento conduz à degradação progressiva do espaço edificado, dando lugar a habitações em mau estado de conservação e/ou até mesmo em ruina. O caso do Alandroal, não é exceção, e por isso é necessário e urgente repensar estratégias de apoio à reabilitação e dinamização destas áreas mais carenciadas e desfavorecidas, ainda que, estas habitações sejam de particulares com fracos recursos económicos.

Segue-se, assim, a identificação e caraterização das comunidades desfavorecidas: designação, tipologia em que se enquadram, situações críticas, caracterização e descrição enquadradora, descrição e principais ações (PI 9.8 e PI 9.1), parcerias, fotografias, planta de localização e delimitação.





# 5.1. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADE(S) DESFAVORECIDA(S)

O Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas do município do Alandroal, pretende intervir em duas situações que visam a melhoria da qualidade de vida da população do município, altamente marcado pela perda demográfica e pelos baixos recursos económicos.

Neste sentido, e ponderando a realidade do município, o presente documento prevê a intervenção em seis comunidades desfavorecidas, a saber: Habitação Social na Tapada da Alfarrobeira, Habitação Social em Terena, Antiga Escola da EPRAL, Antiga Casa dos Professores em Aldeia da Venda, Antiga Casa dos Professores em Aldeia de Hortinhas e Antiga Escola de Marmelos, bem como a requalificação do espaço público envolvente na ótica da promoção da inclusão social.

Tendo por base o diagnóstico realizado importa salientar que, enquanto cidadãos, somos detentores de direitos políticos e civis, mas também possuímos garantias quanto à satisfação dos direitos respeitantes à dignidade e necessidade humanas. Segundo Capucha (1998) "produzem-se situações de exclusão social porque a sociedade não oferece a todos os seus membros a possibilidade de todos esses direitos nem de cumprir alguns deveres que lhe estão associados (...). O resultado é o das pessoas desfavorecidas perderem o estatuto de cidadania plena e vêem-se assim impedidos de participar nos padrões de vida tidos por aceitáveis na sociedade em que vivem.

A extrema exclusão social é caraterizada, não só, pela rutura com o mercado de trabalho, mas também, pelas ruturas familiares afetivas e de amizade. Com efeito, a pobreza assenta numa situação de privação por falta de recursos, apresentando-se como uma forma de exclusão, à medida que o pobre é excluído de sistemas sociais básicos em relação aos quais se define a exclusão social. Estes sistemas estão implícitos em vários domínios, desde o social, ao económico, institucional e territorial. Todavia, a exclusão social pode configurar-se como um fenómeno complexo, considerando que coexistem nela, fenómenos sociais diferenciados, tais como o desemprego, o estigma, a pobreza, a discriminação e a marginalidade. Torna-se assim cada vez mais evidente que o combate à exclusão requer atuações aos mais diversos níveis.

A elaboração do PAICD parte da realidade concelhia, analisada previamente no diagnóstico social, partindo deste com o intuito de reduzir os constrangimentos sociais impeditivos do desenvolvimento inclusivo do concelho. À vista disso, a sequência natural da elaboração de





uma estratégia exige obrigatoriamente um diagnóstico social, não só porque executa uma radiografia da situação social do concelho, assim como, aponta as principais linhas de intervenção que à posteriori serão plasmadas nas ações a incluir no PAICD.

Assim, para finalizar, importa referir que a definição do PAICD do Alandroal terá em consideração o Diagnóstico Social (DS) e o Plano de Desenvolvimento Social (PDS 2012-2014), com o intuito de identificar e definir um conjunto de ações capazes de garantir uma regeneração física, económica e social de áreas mais carenciadas, assumindo sempre como premissa principal a promoção da inclusão social.





#### 5.2. AÇÕES A CANDIDATAR NO ÂMBITO DO PAICD DO ALANDROAL

#### 5.2.1. CD1 - REQUALIFICAÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL NA TAPADA DA ALFARROBEIRA

#### Tipologia

Área Urbana Consolidada

#### Situação Critica que justifique a intervenção

- Desemprego de longa duração
- Escassa Atividade Económica
- Pobreza e exclusão social
- Evolução demográfica desfavorável

#### Caracterização, descrição enquadradora e quantificação

Desde a sua construção, nos anos 80, os edifícios destinados a Habitação Social na Tapada da Alfarrobeira, apresentam importante impacto para o quotidiano da população residente. Estes edifícios, compostos por 5 fogos, dois T3 e três T2, albergam 5 famílias, compostas por 12 pessoas.

A vulnerável situação económica das famílias residente perfaz um panorama negativo, que impede a qualificação das habitações, atualmente, em estado de degradação contínuo.

Dever-se-á acrescentar como elemento-chave a presença de pessoas com limitações motoras, que, face à ausência de condições, se vêm privadas da utilização dos espaços do edificado e público.

Aliando o elevado grau de degradação dos edifícios, onde a humidade e as fugas de água aos telhados degradados, que proporciona com que chova, frequentemente, nas habitações, encontra-se uma rede de abastecimento e saneamento, altamente, degradada, com mais de 50 anos, que requer intervenção urgente.

Pretende-se, portanto, requalificar este importante foco de habitação, através de trabalhos de beneficiação e conservação integral de edificações do património municipal que apresentam um elevado grau de deterioração função do tempo de utilização e da ação desgastante da humidade, tendo como objetivo principal a recuperação das condições de higiene e salubridade, de comodidade e conforto que devem possuir os espaços destinados à habitação, procurando corrigir patologias construtivas que potenciam e aceleram a degradação





generalizada do edifício e a correção de insuficiências ao nível do isolamento térmico dos espaços.

Os edifícios a intervir ocupam aproximadamente 1.900m², sendo que o Espaço Público a intervir é de aproximadamente 6.400m².

#### Descrição e principais ações (PI 9.8 e PI 9.1)

Todas as intervenções visam uma melhoria substancial e holística do espaço físico desta comunidade desfavorecida, com ações de carater físico PI 9.8 e ao mesmo tempo, estas intervenções de natureza social a financiar por outros instrumentos de política, designadamente PI 9.1.

#### As principais ações de intervenção de caráter físico (9.8)

A operação de reabilitação a concretizar nas Habitações Sociais da Tapada da Alfarrobeira prevê a melhoria das condições de funcionamento do espaço, dotando-o, de melhores condições de conforto, segurança e de acessibilidade, por forma a garantir elementos que proporcionem qualidade de vida às famílias, residentes nesta comunidade desfavorecida, economicamente debilitadas.

Esta intervenção de reabilitação urbana prevê as seguintes operações:

- Substituição da cobertura e caixilharia;
- Correções de insuficiências ao nível do isolamento térmico dos espaços.
- Beneficiação e readaptação das casas de banho;
- Execução de trabalhos de pintura no interior e no exterior;
- Melhoria das acessibilidades ao edifico de forma a dar resposta às pessoas com mobilidade reduzida.
- Arranjos urbanísticos no espaço exterior (substituição de pavimentos, lancis e passeios em estado muito degradado);
- Reabilitação de espaços públicos envolventes, potenciando zonas de lazer para a comunidade;
- Remodelação da rede de abastecimento de águas e saneamento com mais de 50 anos;





#### As principais ações de intervenção de caráter social (9.1)

- Ações de integração da população na comunidade;
- Potenciação de iniciativas que fomentem a criatividade das famílias;
- Apoio contra o isolamento e abandono de idosos e pessoas com mobilidade reduzida;
- Dinamização de projetos de criação e valorização do sentimento "Vizinhança" (ex.
   Dia do Vizinho);

#### Parcerias

No âmbito do PAICD, serão constituídas parcerias por via das diferentes ações a realizar, devidamente articuladas com as IPSS's locais, Juntas de Freguesia e Segurança Social.

#### Fotografias ilustrativas









12 anos a desenhar Portugal















Figura 14| Fotografias ilustrativas Habitação Social na Tapada da Alfarroborreira





#### Planta com a localização e delimitação das áreas urbanas carenciadas









#### 5.2.2. CD2 - REQUALIFICAÇÃO DE BAIRRO PRÉ-FABRICADO DE TERENA

#### Tipologia

Núcleo de Construção Precária

#### Situação Critica que justifique a intervenção

- Desemprego de longa duração;
- Escassa Atividade Económica;
- Pobreza e exclusão social;
- Baixo Nível de instrução e insucesso e abandono escolar;
- Evolução demográfica desfavorável

#### Caracterização, descrição enquadradora e quantificação

A operação de regeneração física, económica e social prevista incide num núcleo de construção precária, com aproximadamente 1.500m² onde se pretende melhorar a qualidade de vida e a integração social da população residente, especialmente, aquela que se encontra em condição socioeconómica desfavorável.

Ora, uma das questões sociais fundamentais é a exclusão social e o lar é um dos bens essenciais à vivência humana, como tal, a falta de uma habitação condigna é um dos fatores de exclusão. O desemprego, que tem sido uma constante no Concelho, e os baixos salários, bem como os fracos rendimentos da população idosa, não permitem que estes agregados obtenham melhores condições de alojamento no mercado normal de arrendamento, o que os confina a habitar casas de baixo custo.

Posto isto, a intervenção a realizar incidirá sobre o núcleo de construção precária designadamente ao nível do edificado, reabilitando 5 habitações, pré-fabricados construídos na década de 80, que alojam 5 agregados familiares que vivem em condições desfavorecidas, sendo a maioria beneficiários de RSI (Rendimento Social de Inserção) e/ou de Pensões de Invalidez e de Velhice de valores bastante reduzidos.

As habitações caracterizam-se principalmente por terem apenas 1 piso e serem duas habitações da tipologia T3 e três habitações da tipologia T2, possuindo instalações sanitárias, 1 cozinha, 1 sala de estar e um jardim na parte da frente de cada uma, conforme fotografias em anexo.





As obras que se propõem são de conservação, reparação e/ou beneficiação das próprias habitações, nomeadamente substituição de janelas e portas, reparação dos telhados, renovação do piso, substituição de azulejos nas casas-de-banho e cozinhas, entre outras, com o objetivo de garantir as adequadas condições de conforto, salubridade, segurança e habitabilidade.

Assume importante relevo a remoção da cobertura em amianto, elemento altamente drástico para a saúde pública dos residentes nesta Comunidade Desfavorecida.

Pretende-se de igual forma a requalificação das zonas verdes envolventes, bem como dos jardins e passeios e a construção de um parque infantil.

Paralelamente, às operações de regeneração física serão criadas ações de cariz social, pela sua importância no processo de desenvolvimento local, na qualificação e valorização dos aglomerados, no estreitar de desigualdades, no espraiar da qualidade de vida pelas comunidades desfavorecidas e na promoção da inclusão social e da coesão territorial, revelando o acesso às diversas tipologias morfológicas de equipamentos e respostas socias.

Assim, as intervenções a realizar deverão ter em vista a promoção de comunidades solidárias e inclusivas, com melhores condições de crescer, viver e envelhecer de forma saudável e ativa.

#### Descrição e principais ações (PI 9.8 e PI 9.1)

Todas as intervenções visam uma melhoria substancial e holística do espaço físico desta comunidade desfavorecida, com ações de caráter físico PI 9.8 e ao mesmo tempo, estas intervenções de natureza física encontram-se estreitamente associadas a outras intervenções de natureza social a financiar por outros instrumentos de política, designadamente PI 9.1.

Contudo, as intervenções a realizar deverão ter em vista a promoção de comunidades solidárias e inclusivas, com melhores condições para envelhecer de forma saudável e ativa.

#### As principais ações de intervenção de caráter físico (9.8)

A atual situação das referidas Habitações Sociais em Terena assume uma proporção relevante no panorama social do Município do Alandroal. O facto de se enquadrar numa comunidade desfavorecida, composta por agregados familiares carenciados, com baixa instrução e situação de saúde, também, debilitadas (algumas pessoas possuem limitações motoras), expõe a





necessidade de intervir celeremente, com o objetivo de oferecer dignas e seguras condições de vida às famílias.

Esta intervenção de requalificação prevê as seguintes operações:

- Obras de conservação e reparação profunda das habitações, eliminando estragos nos telhados;
- Remoção e substituição da cobertura, atualmente em amianto;
- Correções de insuficiências ao nível do isolamento térmico dos espaços;
- Beneficiação e readaptação das casas de banho;
- Implementação de segurança nas cozinhas, evitando fugas de gás;
- Execução de trabalhos de pintura no interior e no exterior;
- Melhoria das acessibilidades ao e no edifício de forma a dar resposta às pessoas com mobilidade reduzida.
- Arranjos urbanísticos no espaço exterior (substituição de pavimentos, lancis e passeios em estado muito degradado);
- Reabilitação de espaços públicos envolventes, potenciando zonas de lazer para a comunidade;

#### As principais ações de intervenção de caráter social (9.1)

- Ações de promoção do espírito de "Vizinhança";
- Iniciativas de apoio ao Idoso e Pessoas com Mobilidade Reduzida;
- Estímulo à aprendizagem ao longo da vida;
- Dinamização de grupos de aprendizagem destinados para pessoas com baixo nível de instrução;

#### Parcerias

No âmbito do PAICD, serão constituídas parcerias por via das diferentes ações a realizar, devidamente articuladas com as IPSS's locais, Juntas de Freguesia e Segurança Social.





## Fotografias ilustrativas













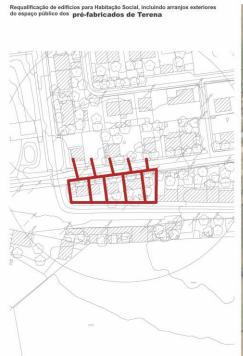


Figura 15| Fotografias ilustrativas de Bairro Pré-Fabricado de Terena





#### Planta com a localização e delimitação das áreas urbanas carenciadas









#### 5.2.3. CD3 - REQUALIFICAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA DA EPRAL

#### Tipologia

Área Urbana Consolidada

#### Situação Critica que justifique a intervenção

- Desemprego de longa duração;
- Escassa Atividade Económica;
- Pobreza e exclusão social;
- Baixo Nível de instrução e insucesso e abandono escolar;
- Evolução demográfica desfavorável.

#### Caracterização, descrição enquadradora e quantificação

A Antiga Escola da EPRAL, com aproximadamente 400m<sup>2</sup>, construída na década de 60, foi durante vários anos um elemento marcante na dinâmica do município, representando uma das principais fontes de conhecimento local.

Após as políticas ligadas à educação dinamizadas nas últimas décadas, e decorrentes de várias situações sociais como a redução da taxa de natalidade, a imigração e emigração dos residentes no interior do país, este edifício foi sendo alvo de várias repercussões, encontrando-se, hoje, sem funcionamento dedicado à educação.

Como tal, não sendo utilizado para a sua principal função, o ensino, o edifício da EPRAL vem-se degradando, gradualmente, face à ausência de investimento, bem como de iniciativas e projetos que o reutilizem para outros fins.

Representando a Antiga Escola da EPRAL um importante edifício, património do município, pretende-se dinamiza-lo, através da atribuição de novas competências, evitando, deste modo, a sua total degradação e inutilidade para a sociedade.

Ambiciona-se capacitar este local de condições físicas que possibilitem dar condições de excelência para a dinamização de atividades recreativas, de lazer e sociais, disponibilizando-o para utilização pelas Associações Locais. Acrescentando a este factor, reporta-se que as referidas Associações encontram-se a operar em edifícios, também, degrados, sem capacidade para acolher as atividades promovidas.

Deste modo, a intervenção no edifício da Antiga Escola da EPRAL, além de reavivar a dinâmica num importante espaço municipal, permitirá alavancar e qualificar as Associações Locais, com





condições de excelência, para a maior atividade recreativa da população, com foco nos jovens e nos idosos, tornando-o num Espaço Intergeracional.

Efetivamente, o aumento da idade média de vida, bem como do Índice de Envelhecimento, verificado em fase de Caracterização e Diagnóstico, representa importantes componentes que deverão ser considerados na dinâmica social do município. As atividades de envolvimento deste segmento da população, tornará possível evitar situações de abandono, frequentes junto desta faixa etária, entretendo o seu quotidiano com iniciativas que apelem à criatividade de Todos.

Em termos físicos, o Edifício da Antiga Escola da EPRAL encontra-se em degradação gradual, quer no interior, quer no exterior do mesmo, verificando-se necessidade de intervir ao nível da cobertura, das casas de banho, e das dependências do edifício, capacitando-o para a nova finalidade recreativa.

Ao nível do exterior, constata-se a ausência de arranjos exteriores, espaços contínuos acessíveis a Todos, bem como áreas de lazer ao ar livre.

#### Descrição e principais ações (PI 9.8 e PI 9.1)

Todas as intervenções visam uma melhoria substancial e holística do espaço físico desta comunidade desfavorecida, com ações de carater físico PI 9.8 e ao mesmo tempo, estas intervenções de natureza social a financiar por outros instrumentos de política, designadamente PI 9.1.

#### As principais ações de intervenção de caráter físico (9.8)

A operação de requalificação e refuncionalização do edifício da Antiga Escola EPRAL representa elevada importância para a dinâmica social do município, uma vez que pretende dotar um edifício, atualmente em contínua degradação, de condições para receção de atividade recreativas e de lazer.

Como tal, as intervenções físicas deverão assegurar que o edifício oferece infraestruturas enquadradas nas necessidades das funções futuras do edifício, possibilitando a sua vertente múltipla, não encerrando as suas finalizadas em dois ou três atividades.

Esta intervenção de requalificação e refuncionalização prevê as seguintes operações:





- Obras de conservação, e requalificação do edifício, de forma a adapta-lo a novas funções de apoio à comunidade;
- Construção de gabinetes e oficinas de trabalho para as Associações locais;
- Adaptação de espaços para dinâmicas intergeracionais;
- Substituição da cobertura e caixilharia;
- Correções de insuficiências ao nível do isolamento térmico dos espaços.
- Beneficiação e readaptação das casas de banho;
- Execução de trabalhos de pintura no interior e no exterior;
- Melhoria das acessibilidades ao edifico de forma a dar resposta às pessoas com mobilidade reduzida.
- Arranjos urbanísticos no espaço exterior (substituição de pavimentos, lancis e passeios em estado muito degradado);
- Reabilitação de espaços públicos envolventes, potenciando zonas de lazer para a comunidade;

#### As principais ações de intervenção de caráter social (9.1)

- Dinamização de atividades de contacto intergeracional;
- Promoção de oficinas de atividades culturais e criativas;
- Criação de grupos de convívio para seniores;
- Formações de introdução de Seniores às novas tecnologias;
- Dinamização de atividades extracurriculares para os jovens (música, teatro...);

#### Parcerias

No âmbito do PAICD, serão constituídas parcerias por via das diferentes ações a realizar, devidamente articuladas com as IPSS's locais, Juntas de Freguesia, Segurança Social, Associações Locais (Desportivas e Recreativas) e Escolas.





## Fotografias ilustrativas









12 anos a desenhar Portugal











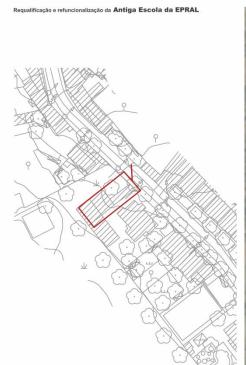


Figura 16| Fotografias ilustrativas Antiga Escola da EPRAL





#### Planta com a localização e delimitação das áreas urbanas carenciadas









## 5.2.4. CD4 - REQUALIFICAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DA ANTIGA CASA DOS PROFESSORES NA ALDEIA DA VENDA

#### Tipologia

Área Urbana Consolidada

#### Situação Critica que justifique a intervenção

- Desemprego de longa duração;
- Escassa Atividade Económica;
- Pobreza e exclusão social;
- Baixo Nível de instrução e insucesso e abandono escolar;
- Evolução demográfica desfavorável.

#### Caracterização, descrição enquadradora e quantificação

De construção na década de 60, a Antiga Casa dos Professores na Aldeia da Venda serviu, durante as últimas décadas, um elemento estruturante para o território onde se insere, uma vez que potenciava alojamento aos professores deslocados que lecionavam nas escolas do Município.

Face à localização do município do Alandroal, ainda distante das principais cidades, de onde eram originários a maioria dos professores, o município foi construindo alojamentos que lhes permitia dar melhores condições de vida, também para a sua família. Com o avançar dos anos, a melhoria das vias de comunicação e do maior poder de compra dos professores, este conceito foi sendo abandonado.

Como tal, as Casas dos Professores foram sendo abandonadas, encontrando-se, atualmente, sem utilização para fins habitacionais, degradando-se diariamente.

Pela sua localização geográfica estratégica, inserida em comunidades mais rurais, ligeiramente distantes dos principais centros do município do Alandroal, as Antigas Casas dos Professores são importantes edifícios que poderão ser reutilizados para diversos fins, nomeadamente para acolhimento de Associações Locais e promoção de atividades recreativas.

Evitando as longas deslocações dos residentes, bem como os custos associados aos transportes de passageiros até aos principais núcleos recreativos, normalmente suportados pelos municípios, torna-se prioritário intervir nestes edifícios, capacitando-os com condições que permita acolher o referido anteriormente.





Pretende-se, portanto, requalificar o edifício da Antiga Casa dos Professores da Aldeia da Venda, com aproximadamente 310m², para acolher novas funções da perspetiva recreativa, lazer e desporto, promovendo atividades intergeracionais que apoiem a integração de Todos na sociedade, evitando o abandono das pessoas em áreas mais ruralizadas.

Neste caso particular, as intervenções físicas necessárias na Antiga Casa dos Professores da Aldeia da Venda passam pela sua readaptação às novas funções, construindo espaços e oficinas que proporcionem atividades recreativas, atuar ao nível das coberturas e casas de banho, bem como dos acessos, para que pessoas com mobilidade reduzida possam circular autonomamente. Estas ações visam inverter a tendência negativa verificada ao nível da degradação contínua do edifício.

#### Descrição e principais ações (PI 9.8 e PI 9.1)

Todas as intervenções visam uma melhoria substancial e holística do espaço físico desta comunidade desfavorecida, com ações de carater físico PI 9.8 e ao mesmo tempo, estas intervenções de natureza social a financiar por outros instrumentos de política, designadamente PI 9.1.

#### As principais ações de intervenção de caráter físico (9.8)

A operação de requalificação e refuncionalização do edifício da Antiga Casa dos Professores da Aldeia da Venda posiciona-se como estratégica, uma vez que permitirá capacitar um edifício em degradação, para a promoção de atividades recreativas que potenciem as dinâmicas sociais num meio rural, como é a Aldeia da Venda.

Como tal, as intervenções físicas deverão assegurar que o edifício oferece infraestruturas enquadradas nas necessidades das funções futuras do edifício, possibilitando a sua vertente de adaptação às diversas finalidades sociais.

Esta intervenção de requalificação e refuncionalização prevê as seguintes operações:

- Obras de conservação, e requalificação do edifício, de forma a adapta-lo a novas funções de apoio à comunidade;
- Construção de gabinetes e oficinas de trabalho para as Associações locais;
- Adaptação de espaços para dinâmicas intergeracionais;
- Substituição da cobertura e caixilharia;







- Correções de insuficiências ao nível do isolamento térmico dos espaços.
- Beneficiação e readaptação das casas de banho;
- Execução de trabalhos de pintura no interior e no exterior;
- Melhoria das acessibilidades ao edifico de forma a dar resposta às pessoas com mobilidade reduzida.
- Arranjos urbanísticos no espaço exterior (substituição de pavimentos, lancis e passeios em estado muito degradado);
- Reabilitação de espaços públicos envolventes, potenciando zonas de lazer para a comunidade;

#### As principais ações de intervenção de caráter social (9.1)

- Dinamização de atividades de contacto intergeracional;
- Fomentar a participação comunitária
- Promoção de oficinas de atividades culturais e criativas;
- Criação de grupos de convívio para seniores;
- Formações de introdução de Seniores às novas tecnologias;
- Dinamização de atividades extracurriculares para os jovens (música, teatro...);

#### Parcerias

No âmbito do PAICD, serão constituídas parcerias por via das diferentes ações a realizar, devidamente articuladas com as IPSS's locais, Juntas de Freguesia, Segurança Social, Associações Locais (Desportivas e Recreativas) e Escolas.





## Fotografias ilustrativas





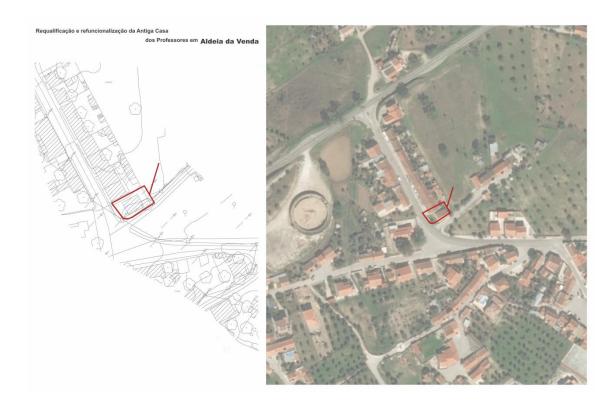


Figura 17| Fotografias ilustrativas Antiga Casa dos Professores da Aldeia da Venda





# Planta com a localização e delimitação das áreas urbanas carenciadas







# 5.2.5. CD5 - REQUALIFICAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DA ANTIGA CASA DOS PROFESSORES NA ALDEIA DE HORTINHAS

# Tipologia

Área Urbana Consolidada

# Situação Critica que justifique a intervenção

- Desemprego de longa duração;
- Escassa Atividade Económica;
- Pobreza e exclusão social;
- Baixo Nível de instrução e insucesso e abandono escolar;
- Evolução demográfica desfavorável.

## Caracterização, descrição enquadradora e quantificação

A Antiga Casa dos Professores na Aldeia de Hortinhas serviu, durante vários anos, como alojamento para os professores deslocados que lecionavam nas escolas do Município.

Face à localização do município do Alandroal, ainda distante das principais cidades, de onde eram originários a maioria dos professores, o município foi construindo alojamentos que lhes permitia dar melhores condições de vida, também para a sua família. Com o avançar dos anos, a melhoria das vias de comunicação e do maior poder de compra dos professores, este conceito foi sendo abandonado.

Como tal, as Casas dos Professores foram sendo abandonadas, encontrando-se, atualmente, sem utilização para fins habitacionais, degradando-se diariamente.

Pela sua localização geográfica estratégica, inserida em comunidades mais rurais, ligeiramente distantes dos principais centros do município do Alandroal, as Antigas Casas dos Professores são importantes edifícios que poderão ser reutilizados para diversos fins, nomeadamente para acolhimento de Associações Locais e promoção de atividades recreativas.

Evitando as longas deslocações dos residentes, bem como os custos associados aos transportes de passageiros até aos principais núcleos recreativos, normalmente suportados pelos municípios, torna-se prioritário intervir nestes edifícios, capacitando-os com condições que permita acolher o referido anteriormente.

Pretende-se, portanto, requalificar o edifício da Antiga Casa dos Professores da Aldeia de Hortinhas, para acolher novas funções da perspetiva recreativa, lazer e desporto, promovendo







atividades intergeracionais que apoiem a integração de Todos na sociedade, evitando o abandono das pessoas em áreas mais ruralizadas.

Neste caso particular, as intervenções físicas necessárias na Antiga Casa dos Professores da Aldeia de Hortinhas, que possui aproximadamente 450m², passam pela sua readaptação às novas funções, construindo espaços e oficinas que proporcionem atividades recreativas, atuar ao nível das coberturas e casas de banho, bem como dos acessos, para que pessoas com mobilidade reduzida possam circular autonomamente. Estas ações visam inverter a tendência negativa verificada ao nível da degradação contínua do edifício.

# Descrição e principais ações (PI 9.8 e PI 9.1)

Todas as intervenções visam uma melhoria substancial e holística do espaço físico desta comunidade desfavorecida, com ações de carater físico PI 9.8 e ao mesmo tempo, estas intervenções de natureza social a financiar por outros instrumentos de política, designadamente PI 9.1.

# As principais ações de intervenção de caráter físico (9.8)

A operação de requalificação e refuncionalização do edifício da Antiga Casa dos Professores da Aldeia da Venda posiciona-se como estratégica, uma vez que permitirá capacitar um edifício em degradação, para a promoção de atividades recreativas que potenciem as dinâmicas sociais num meio rural, como é a Aldeia da Venda.

Como tal, as intervenções físicas deverão assegurar que o edifício oferece infraestruturas enquadradas nas necessidades das funções futuras do edifício, possibilitando a sua vertente de adaptação às diversas finalidades sociais.

Esta intervenção de requalificação e refuncionalização prevê as seguintes operações:

- Obras de conservação, e requalificação do edifício, de forma a adapta-lo a novas funções de apoio à comunidade;
- Construção de gabinetes e oficinas de trabalho para as Associações locais;
- Adaptação de espaços para dinâmicas intergeracionais;
- Substituição da cobertura e caixilharia;
- Correções de insuficiências ao nível do isolamento térmico dos espaços.
- Beneficiação e readaptação das casas de banho;





- Execução de trabalhos de pintura no interior e no exterior;
- Melhoria das acessibilidades ao edifico de forma a dar resposta às pessoas com mobilidade reduzida.
- Arranjos urbanísticos no espaço exterior (substituição de pavimentos, lancis e passeios em estado muito degradado);
- Reabilitação de espaços públicos envolventes, potenciando zonas de lazer para a comunidade;

# As principais ações de intervenção de caráter social (9.1)

- Dinamização de atividades de contacto intergeracional;
- Fomentar a participação comunitária
- Promoção de oficinas de atividades culturais e criativas;
- Criação de grupos de convívio para seniores;
- Formação para seniores ao nível de introdução às novas tecnologias;
- Dinamização de atividades extracurriculares para os jovens (música, teatro...);

## Parcerias

No âmbito do PAICD, serão constituídas parcerias por via das diferentes ações a realizar, devidamente articuladas com as IPSS's locais, Juntas de Freguesia, Segurança Social, Centro de Saúde, Associações Locais (Desportivas e Recreativas) e Escolas.





# Fotografias ilustrativas







Figura 18| Fotografias ilustrativas Antiga Casa dos Professores da Aldeia de Hortinhas





# Planta com a localização e delimitação das áreas urbanas carenciadas









# 5.2.6. CD6 – REQUALIFICAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA DE MARMELOS

## Tipologia

Área Urbana Consolidada

## Situação Critica que justifique a intervenção

- Desemprego de longa duração;
- Escassa Atividade Económica;
- Pobreza e exclusão social;
- Baixo Nível de instrução e insucesso e abandono escolar;
- Evolução demográfica desfavorável.

# Caracterização, descrição enquadradora e quantificação

A Antiga Escola de Marmelos foi, durante anos, uma importante infraestrutura de ensino no município do Alandroal. O edifício e espaço exterior possui, aproximadamente 2.600m². A sua localização geográfica, situada num meio mais rural possibilitou a que os mais jovens pudessem ter acesso a ensino qualificado, evitando as longas deslocações às escolas situadas nos meios mais urbanos do município.

Permitiu a que a população da envolvente compatibiliza-se a atividade laboral no setor primário, com o ensino, algo bastante frequente nas décadas de 70 e 80. Porém, a redução da taxa de natalidade, a emigração e imigração da população residente, diminuiu o número de alunos, algo que levou a políticas de centralização dos serviços de ensino, encerrando várias escolas a nível nacional, sendo a Antiga Escola de Marmelos, um dos exemplos dessa política.

Desde então, o edifício encontra-se abandonado, não sendo utilizado para fins educacionais, sendo, apenas, pontualmente utilizado para algumas atividades. A reduzida taxa de utilização, associado ao fator de desgaste temporal, perfez com que o edifício se fosse degradando, encontrando-se, atualmente, degradado, carecendo de investimento e dinamização.

Pela sua localização, próximo de uma comunidade mais isolada, a Aldeia de Marmelos, a intervenção neste edifício, para potenciar a sua refuncionalização para outros fins, principalmente ao nível recreativo e desportivo, é determinante para a sustentabilidade do território.





Diminuindo o impacto dos custos de deslocação da população para os principais centros lúdicos, situados, em maioria, nas áreas mais urbanizadas, o Município poderá apostar na dinamização dos seus territórios, apostando em dinâmicas intramunicipais.

Atuar ao nível físico na Antiga Escola de Marmelos requer um investimento ponderado, uma vez considerando o seu estado de ligeira degradação, bem como a necessidade de adaptação do espaço às novas funcionalidades. Como tal, carece de intervenção a cobertura, as casas de banho, a criação de novos gabinetes e oficinas de trabalho, bem como a atuação nos espaços envolventes exteriores, capacitando-o de infraestruturas de recreio e lazer.

Não se fixando, apenas, na vertente física, esta ação pretenderá dinamizar diversas ações imateriais, que permita estabelecer um contacto mais próximo com a comunidade residente, envolvendo-os em atividades diversas.

# Descrição e principais ações (PI 9.8 e PI 9.1)

Todas as intervenções visam uma melhoria substancial e holística do espaço físico desta comunidade desfavorecida, com ações de carater físico PI 9.8 e ao mesmo tempo, estas intervenções de natureza social a financiar por outros instrumentos de política, designadamente PI 9.1.

# As principais ações de intervenção de caráter físico (9.8)

Dado o seu atual estado de conservação, que apresenta degradação do edifício, é necessário intervir de forma cirúrgica, de forma a potenciar a intervenção neste importante eixo de trabalho, através de investimento *low-cost*.

Como tal, pretende-se atuar na readaptação do espaço, equipando-o com materiais de apoio às futuras atividades, e ambientes amigáveis para a sua prática, bem como dependências de apoio à gestão e organização de iniciativas, pelas Associações Locais.

Esta intervenção de requalificação e refuncionalização prevê as seguintes operações:

- Obras de conservação, e requalificação do edifício, de forma a adapta-lo a novas funções de apoio à comunidade;
- Construção de gabinetes e oficinas de trabalho para as Associações locais;
- Adaptação de espaços para dinâmicas intergeracionais;
- Substituição da cobertura e caixilharia;
- Correções de insuficiências ao nível do isolamento térmico dos espaços.







- Beneficiação e readaptação das casas de banho;
- Execução de trabalhos de pintura no interior e no exterior;
- Melhoria das acessibilidades ao edifico de forma a dar resposta às pessoas com mobilidade reduzida.
- Arranjos urbanísticos no espaço exterior (substituição de pavimentos, lancis e passeios em estado muito degradado);
- Reabilitação de espaços públicos envolventes, potenciando zonas de lazer para a comunidade;

# As principais ações de intervenção de caráter social (9.1)

- Dinamização de atividades de contacto intergeracional;
- Fomentar a participação comunitária;
- Promoção de oficinas de atividades culturais e criativas;
- Criação de grupos de convívio para seniores;
- Formação para seniores ao nível de introdução às novas tecnologias;
- Dinamização de atividades extracurriculares para os jovens (música, teatro...);
- Ações de intervenção socioeconómica e psicossocial atendimento/esclarecimentos e encaminhamento social (facilitação do acesso à informação e serviços de apoio social);

#### Parcerias

No âmbito do PAICD, serão constituídas parcerias por via das diferentes ações a realizar, devidamente articuladas com as IPSS's locais, Juntas de Freguesia, Segurança Social, Associações Locais (Desportivas e Recreativas) e Escolas.





# Fotografias ilustrativas













Figura 19| Fotografias ilustrativas Antiga Escola de Marmelos





# Planta com a localização e delimitação das áreas urbanas carenciadas









# 5.3. TABELA SÍNTESE DAS AÇÕES A CANDIDATAR NO ÂMBITO DO PAICD DO ALANDROAL

#### Tabela 9| Síntese das Ações

			. <u> </u>			
	CD1	CD2	CD3	CD4	CD5	CD6
ld/Nome	Requalificação de habitação social na	Requalificação de Bairro pré-	Requalificação e Refuncionalização	Requalificação e Refuncionalização	Requalificação e Refuncionalização	Requalificação e Refuncionalização
Localização	Tapada da Alfarrobeira	fabricado de Terena	da antiga Escola da EPRAL	da Antiga Casa dos Professores na Aldeia da Venda	da Antiga Casa dos Professores na Aldeia de Hortinhas	da Antiga Escola de Marmelos
Tipologia	Área Urbana	Núcleo de Construção	Área Urbana	Área Urbana	Área Urbana	Área Urbana
ripologia	Consolidada	Precária	Consolidada	Consolidada	Consolidada	Consolidada
Desemprego de longa duração	•	•	•	•	•	•
Escassa atividade económica	•	•	•	•	•	•
Pobreza e exclusão social	•	•	•	•	•	•
Fenómenos de exclusão social designadamente						
associados a imigrantes e minorias						
Baixo nível de instrução e insucesso e abandono		•	•	•	•	•
escolar						
Criminalidade e delinquência						
Evolução demográfica desfavorável	•	•	•	•	•	•
Ambiente degradado						



# 6. Estratégias e Ações de Intervenção

#### 6.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Nas últimas décadas ocorreram grandes transformações ao nível político-económico, bem como sociocultural e ambiental, com fortes repercussões nas sociedades contemporâneas. Estas transformações assumiram duas vertentes, por um lado, sobre o crescimento e o desenvolvimento de uma das sociedades e, por outro, a exclusão e o aumento dos problemas noutras.

Nesse sentido, a Europa tem vindo a defender a consolidação de um modelo de desenvolvimento social que garanta um equilíbrio entre a prosperidade económica, enquadrada num modelo de crescimento sustentável respeitador do ambiente e capaz de garantir a solidariedade e a coesão social, com igualdade de oportunidades e inclusão. Do mesmo modo se, entendeu que esse equilíbrio económico e social deveria corresponder a um equilíbrio territorial. Não obstante a estas intenções, o que é certo, é que a UE, atualmente, revela desequilíbrios regionais e assimetrias de grande dimensão, na verdade, muitos deles herdados do passado, outros são emergentes. Portugal como país periférico da Europa quer do ponto de vista físico, assim como, a nível socioeconómico expõe diversas assimetrias internas, nomeadamente, com tendências para a litoralização e uma metropolização do país, onde o investimento e o consumo se concentram, cada vez mais em certas áreas em detrimento de outras.

Tendo ainda presente, os modelos de desenvolvimento territorial adotados, nas últimas décadas, por Portugal, ainda que tenham valorizado o crescimento económico, fizeram-no segundo uma planificação *top-down*. Este tipo de conceções e de modelos originou desequilíbrios fortíssimos no espaço nacional, geradores de processos de desertificação, envelhecimento populacional e empobrecimento generalizado nas regiões do Norte, Alentejo e do interior, bem como graves desigualdades sociais, problemas de ordenamento do território e agressão ambiental nos polos industrializados e urbanizados.

Deste modo, deverá atender-se às políticas de desenvolvimento sustentável delineadas pela "Estratégia Europeia 2020", que no âmbito deste quadro comunitário, assume particular importância pela crescente promoção de inovadoras respostas económicas e sociais e de um novo diálogo entre a economia e a sociedade.





Neste sentido, a União Europeia estabeleceu três prioridades que se reforçam mutuamente: o crescimento inteligente, mediante uma economia baseada no conhecimento e na inovação, a fim de melhorar a qualidade e a eficiência da educação e formação; o crescimento sustentável, através de uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, isto é, mais ecológica; e o crescimento inclusivo, fomentando uma economia com níveis elevados de emprego capaz de assegurar a coesão social e territorial e promova, simultaneamente, a equidade na distribuição dos recursos e serviços, bem como a cidadania mais ativa.

O despovoamento das regiões periféricas, assim como o desenvolvimento territorial destas áreas têm posto em causa o seu desenvolvimento sustentável nas dimensões económicas, social, cultural e ambiental. A implementação de um modelo de desenvolvimento local sustentável deverá satisfazer as necessidades básicas e melhorar significativamente a qualidade de vida, a economia, o emprego, a inclusão social e administração democrática territorial, por forma a evitar a saída de efetivos e, ao mesmo tempo, repensar as políticas públicas de desenvolvimento e a intervenção do poder local.

Assim, para o contexto, do Alandroal, torna-se imperativo criar estratégias que apoiem o desenvolvimento dos seus territórios desfavorecidos com políticas que consigam atrair populações e investimento económico e que, ao mesmo tempo, reprimam o contínuo fluxo migratório. Neste sentido, entendem-se que as políticas públicas deverão constituir verdadeiros instrumentos de coesão social e territorial, de modo a mitigar as desigualdades e a pobreza, nomeadamente em matéria de saúde, educação e trabalho.

Deste modo, importa sublinhar que a estratégia adotada para município do Alandroal foi elaborada como resposta a uma intervenção social integrada e estruturada, que privilegie a melhoria da qualidade de vida de Todos, no concelho. Atentando as diversas particularidades do território e da população foram definidas duas ações determinantes para a dinâmica social, que atuarão, sobretudo, ao nível físico, mas que, potenciarão diversas atividades sob o ponto de vista global.

Importa reforçar que o município do Alandroal, não obstante as suas limitações orçamentais, típicas de um território onde a taxa de desemprego é elevada, a capacidade de atração de investimento vai diminuindo, verificando-se, também, perda populacional considerável, encontra-se comprometido com um desígnio de apostar na valorização das pessoas. Não apenas através doo trato quotidiano próximo, de abertura para a escuta dos cidadãos, o município opera em diversos setores do social, privilegiando a oferta de serviços e atividades

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL



que estimulem a população, que melhorem as condições existentes, do ponto de vista físico e intelectual.

Sem esta visão interventiva, o território via-se em queda contínua, isolando o município e as suas pessoas de um futuro que se pretende inclusivo, sustentável e inteligente. Como tal, as ações que ora se apresentam em candidatura, não encerram o processo definido para Alandroal, ao nível da Integração de Comunidades Desfavorecidas na sociedade, mas é, sim, um estímulo para as inúmeras ações que o município vem trabalhando e pretende dar continuidade, mormente ao nível imaterial.

Para este efeito e, no decurso das políticas públicas, foram estabelecidos diversos instrumentos com vista a programação que suportará a definição dos objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento local e social das comunidades desfavorecidas. Assim, o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas tem em vista, não só, a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações de animação nas comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações.

Através da elaboração deste plano de ação, será possível desenvolver uma radiografia da situação atual e traçar uma situação social mais favorável e ao mesmo tempo mais realista, para as áreas de intervenção onde será aplicado, incluindo a programação das etapas e estratégias a desenvolver para alcançar essa situação.

Contudo, almeja-se que este plano sirva de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento das comunidades desfavorecidas, vinculando as iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de atuação tem repercussões no desenvolvimento social do Alandroal.





# 6.2. DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃONOTA INTRODUTÓRIA

Numa primeira abordagem ao PAICD do Alandroal foi incorporada uma explicação sintetizada de todo o processo do Portugal 2020 nomeadamente, no que concerne, aos Programas Operacionais Temáticos, com especial enfoque para o Programa Operacional Temático – Inclusão Social e Emprego (PO ISE) e para o Programa Operacional Temático – Capital Humano (PO CH). Além destes, foram tidos em consideração outros elementos de referência, tal como a Estratégia da Europa 2020, os Programas Operacionais Regionais, designadamente, o do Alentejo, e as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT), neste caso particular, o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alentejo Central. É, precisamente, com base nestes instrumentos que serão definidas as opções estratégicas de intervenção e os respetivos compromissos de investimento público a realizar, bem como os indicadores de realização obrigatórios e resultado esperados apoiados em metas quantificáveis.

Numa segunda abordagem, ainda de diagnóstico, foram identificadas e delimitadas as comunidades desfavorecidas do território municipal. A sua delimitação e caraterização são fundamentais, na medida em que permitem identificar e conhecer as áreas a intervencionar e, ao mesmo tempo auxilia na criação de um programa de ação.

Nesta fase interessa definir ações estratégicas que possibilitem repensar e planear o futuro das comunidades desfavorecidas, deste território de baixa densidade, e por isso a seleção das intervenções a considerar serão ajustadas, em conformidade com os vários instrumentos de planeamento territorial aprovados às várias escalas. Note-se, porém, que a metodologia proposta será apoiada por um conjunto de indicadores de realização que avaliarão de que forma foram executadas as medidas e as intervenções programadas e, por outro lado, os indicadores de resultado permitirão avaliar as medidas e intervenções a realizar nos vários territórios alvo.

Por seu turno, a definição estratégica adotada para o PAICD do Alandroal, tem em consideração as ações introduzidas no PDS do município. De igual modo, estão ainda previstas ações de carater físico que assentam em intervenções de reabilitação em edifícios de domínio público e intervenções de reabilitação do espaço público envolvente, a par com as intervenções de reabilitação em equipamentos de utilização coletiva.





Os eixos estratégicos pretendem, de certa forma, abranger a diversidade de problemáticas sociais inerentes a este território, caraterizado de baixa densidade, numa perspetiva de desenvolvimento, alicerçando um horizonte de transformação que recoloque os problemas sociais como motores do próprio desenvolvimento.

Por estas razões, torna-se necessário apoiar a implementação de políticas públicas junto das comunidades desfavorecidas, presentes em áreas urbanas carenciadas devido à vulnerabilidade do seu território e ao carater permissivo a problemáticas de cariz físico, social e económico. Neste sentido, o PAICD do Alandroal propõe promover intervenções diversificadas que possibilitem uma efetiva redução das assimetrias existentes, num combate a situações de exclusão social por um lado e inclusão das populações por outro.

Torna-se importante sublinhar que as ações físicas (PI 9.8) aqui propostas serão acompanhadas e/ou têm como consequências uma intervenção de natureza social, que pressupõem igualdade de oportunidades, igualdade de género, ambiente, saúde e serviços gerais, inovação, emprego e empreendedorismo.

Assim, a estratégia adotada para o território do Alandroal assenta no desenvolvimento dos seguintes eixos estratégicos:

- Potenciar a Atratividade Socioeconómica: Tratando-se de um território localizado numa região de baixa densidade, é fulcral que Alandroal reforce a sua capacidade de atração e potencial de desenvolvimento, mediante a regeneração e revitalização das áreas mais desfavorecidas a fim de melhorar as condições do ambiente urbano e das condições de habitabilidade.
- Combater as assimetrias sociais e territoriais/ promover a coesão: É decisivo que a sub-região do Alentejo Central consiga reduzir as assimetrias sociais e territoriais e combater os fenómenos de risco de exclusão que afetam as comunidades residentes despovoamento, degradação do edificado e perda de vitalidade económica em áreas urbanas e rurais;
- ❖ Dinamizar as Atividades Económicas, a Promoção e Criação de Emprego: É prioritária a dinamização das atividades económicas e do emprego, potenciando setores em crescimento (agricultura, turismo, TIC, enologia, indústrias criativas e comércios locais) e a requalificação de empresas e recursos humanos dos setores em forte declínio (passagem da construção nova para a reabilitação).





No que concerne à empregabilidade de grupos específicos, nomeadamente aqueles que se encontrem em situação de risco de exclusão, deverá ser efetuada uma abordagem integrada, de modo a serem criados mecanismos capazes de darem resposta à complexidade da sua situação sócio económica. Na verdade, o desígnio principal deste eixo passa exatamente por transformar em valor económico o potencial social e humano destes grupos em situação de exclusão do mercado de trabalho, sendo este o desafio estratégico assumido neste eixo.

Promover a Inclusão Social e Combater o Envelhecimento Demográfico: Às áreas muito envelhecidas (áreas rurais) aliam-se a áreas em acelerado processo de envelhecimento. A resposta a este desafio tem de ser dada de forma abrangente. Neste sentido, ao apoio social tem de se aliar uma intervenção preventiva prónatalidade e em prol da fixação dos jovens e da população ativa.





### 6.2.1. INTERVENÇÕES DE CARATER FÍSICO

#### ❖ População alvo:

- Comunidades Desfavorecidas;
- População idosa com fracos recursos económicos;
- Famílias monoparentais de fracos recursos económicos;
- Desempregados de longa duração;
- População isolada e privada de bens de primeira necessidade;
- Imigrantes e minorias étnicas;

- Regeneração Física e Social de áreas Urbanas degradadas;
- Requalificação das áreas degradadas;
- Reabilitação e melhoria das condições físicas do espaço público e do espaço edificado;
- Requalificação do espaço público de forma a valorizar o contexto urbano das comunidades desfavorecidas;
- Reabilitação e melhoria dos equipamentos públicos de apoio e promoção do desenvolvimento económico;
- Reabilitação de edifícios públicos, designadamente um espaço multiusos e intergeracional;
- Melhorar as condições económicas e sociais da população socialmente mais vulnerável;
- Prestação de serviços, ao nível das pequenas reparações em casas de idosos e população socialmente mais vulnerável, a fim de contribuir para a melhoria das condições habitacionais e, consequentemente propiciar uma maior qualidade de vida;





#### 6.2.2. INTERVENÇÕES DE NATUREZA SOCIAL

#### ■ EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO

#### ❖ População Alvo:

- Crianças e Jovens em idade escolar;
- Jovens com baixas qualificações;
- Crianças com necessidades especiais;

- Garantir o acesso à educação pré-escolar;
- Aumentar os índices de escolarização, garantindo que todas as crianças completem a escolaridade obrigatória;
- Promover a continuidade de escolarização a nível do ensino secundário, incentivando à formação superior;
- Acompanhamento ao estudo a fim de promover melhores resultados escolares, diminuindo os índices de insucesso/abandono escolar;
- Avaliação e diagnóstico de dificuldades de aprendizagem;
- Avaliação cognitiva, emocional e comportamental das crianças e jovens da educação pré-escolar e do ensino básico;
- Despiste do défice de atenção e hiperatividade em crianças e jovens da educação pré-escolar e do ensino básico;
- Despiste de perturbações do espetro do autismo em crianças do ensino básico;
- Intervenção em perturbações específicas do desenvolvimento em crianças e jovens da educação pré-escolar e do ensino básico;
- Intervenção em perturbações de ordem emocional e/ou comportamental em crianças e jovens da educação pré-escolar e do ensino básico;
- Intervenção em perturbações de dislexia, disortografia, disgrafia e discalculia em crianças e jovens da educação pré-escolar e do ensino básico;
- Terapia da fala (treino e correção articulatória, estimulação e desenvolvimento da linguagem, entre outros) a crianças e jovens da educação pré-escolar e do ensino básico;
- Estímulo do desenvolvimento infantil de crianças em idade pré-escolar (intervenção precoce);





- Implementação de programas de promoção de competências pessoais e sociais destinados a jovens da educação pré-escolar e do ensino básico;
- Rastreio do risco de insucesso escolar nas crianças e jovens da educação préescolar e do ensino básico;

#### INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

#### ❖ População Alvo:

- Famílias desagregadas e monoparentais;
- População jovem;
- Famílias em risco de pobreza e sobre endividadas;
- Idosos isolados;
- População Imigrante;
- Comunidade populacional do Alandroal;

- Realização de ações de prevenção na área dos comportamentos aditivos e dependências a fim de prevenir a problemática da dependência de aditivos tóxicos e sensibilizar para hábitos de vida saudáveis;
- Realização de ações de sensibilização e prevenção de *bulling* e violência no namoro;
- Realização de ações de sensibilização/ informação comportamentos cívicos e preservação do ambiente;
- Desporto inclusivo: promoção e inclusão social através do desporto para jovens;
- Proporcionar atividades extracurriculares lúdico desportivas a fim de promover comportamentos assertivos/saudáveis;
- Realização de ações de sensibilização para a cidadania comportamentos cívicos a fim de garantir a adoção de comportamentos sociais adequados;
- Dinamizar o voluntariado;
- Promover encontros intergeracionais;
- Apostar na comunidade (vizinhança e inclusão social);
- Promover ações de rua para a promoção da educação para a cidadania;
- Promover educação parental Formação parental;
- Diminuir o isolamento dos idosos, através da implementação de atividades de carácter social diversificadas (equipas de rua, associações, IPSS);







- Implementar sistemas de teleassistência para idosos, bem como o serviço de transporte a pedido;
- Realização de ações de sensibilização orientadas para observância de regras e procedimentos, de implementação de projetos de criação e manutenção de zonas ajardinadas, de hortas comunitárias, e locais de lazer/convívio.
- Realização de iniciativas recreativas promotoras de conservação e manutenção dos espaços comuns e a fruição dos jardins e zonas de lazer;
- Realização de atividades comemorativas, como o Natal, Dia Internacional da Mulher, Dia Mundial do Idoso, Magusto, Dia do Vizinho, bem como a realização de passeios culturais e recreativos.
- Fomentar a participação comunitária, através de uma cidadania ativa, promovendo as relações sociais e espírito de comunidade;
- Promoção da inclusão social da comunidade imigrante;
- Contribuir para a minimização de situações de pobreza urbana e exclusão social;
- Rentabilização e articulação de recursos da comunidade através do estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas;
- Aumento da coresponsabilização da comunidade local;
- Motivação das crianças, jovens e idosos para processos participação pública;
- Combate à violência doméstica;
- Reforço dos sentimentos de pertença e partilha;
- Aquisição de hábitos de convivência democrática, sentimentos de solidariedade e respeito pela diferença;
- Dinamizar ações no domínio atividade física, da alimentação saudável, e outras promotoras da vida saudável;
- Sensibilizar a população para o respeito e defesa do ambiente e dos espaços;
- Fomentar a participação comunitária;
- Promover a inclusão social através de dinâmicas culturais e desportivas;
- Fomentar o intercâmbio entre a comunidade imigrante e a restante comunidade;
- Permitir e melhorar o domínio da língua portuguesa por parte dos imigrantes;
- Promover o empreendedorismo e as oportunidades de emprego;
- Garantir ações de qualificação para o empreendedorismo;
- Incentivar para criação de projetos locais;







#### **■ ENVELHECIMENTO ATIVO E SAÚDAVEL**

#### ❖ População alvo:

- População idosa
- População idosa em situação de pobreza
- População idosa a residir em áreas mais isoladas;

- Promover ações de envelhecimento ativo e saudável;
- Promoção da saúde e prevenção de doenças;
- Promoção dos bons hábitos alimentares;
- Criação de serviços de apoio à saúde mental;
- Conceção e práticas de intervenção social em cuidados ao domicílio;
- Promover o transporte flexível ou a pedido para combater o isolamento dos idosos;
- Implementar atividades lúdicas e de ocupação dos tempos livres nas áreas rurais mais isoladas;
- Combater a iliteracia na população sénior;
- Prestação de apoio e respostas sociais adequadas ao combate do isolamento dos idosos e fim de garantir mais segurança, necessidades básicas e acompanhamento permanente.





# 6.3. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E MECANISMOS DE DADOS PARA CÁLCULOS DOS INDICADORES DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃONOTA INTRODUTÓRIA

Em síntese, as ações propostas no âmbito do PAICD, enquadra operações de regeneração física, económica e social a realizar, onde se inserem as áreas críticas no território municipal, quer ao nível do espaço público e quer ao nível edificado para uso da comunidade.

Resumidamente, apresenta-se o racional cálculo utilizado nos diferentes indicadores de realização e de resultado para as ações a candidatar através da PI 9.8. Importa, porém, referir que para cada ação serão igualmente definidas metas mensuráveis para 2018 e 2023.

Seguem-se os diferentes indicadores de realização e de resultado, conforme previsto no PO do Alentejo – Eixo 4 (Desenvolvimento Urbano Sustentável) e a respetiva metodologia de cálculo utilizada pelo município do Alandroal.

#### Indicadores de realização (9.8)

#### **Desenvolvimento Urbano:**

"Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m²)"

Exemplo de metodologia: o cálculo deverá ser feito através do somatório das áreas dos espaços a reabilitados no âmbito das ações candidatadas, sendo monitorizado o espaço reabilitado (m2) entre 2018-2023;

"Habitações reabilitadas em áreas urbanas (№)"

Exemplo de metodologia: é calculado através do somatório das habitações a reabilitar no âmbito das ações candidatadas, sendo monitorizado o número de habitações reabilitadas entre 2018-2023;

#### Indicadores de resultado (9.8):

"Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)"

Exemplo de metodologia: é calculado através de dados resultantes da realização de inquéritos aos residentes em 2018 e 2023, tendo a monitorização como referencial o grau de satisfação antes e depois da realização das ações de reabilitação.





## 7. Conclusão

Atuar ao nível das pessoas, e das suas condições de vida representa, cada vez mais, um paradigma de futuro, indispensável para a sustentabilidade dos territórios.

No início do século XX, a atenção dada às políticas sociais era insuficiente, para as necessidades existentes, verificando-se situações de urgência, incompatíveis com sociedades que se pretendem desenvolvidas. Em contraste, defendia-se uma sociedade construída em torno da Máquina, símbolo de força e capacidade inovadora, sendo as pessoas consideradas como meios para alcançar o fim pretendido.

De facto, esta mentalidade tem vindo a ser, acentuadamente, alterada verificando-se, hoje, mais esforços, projetos e iniciativas que visam a valorização da pessoa, da sua importância na sociedade, alterando o paradigma vigente durante décadas. Atualmente, existe maior propensão para dinamizar intervenções, quer físicas, quer imateriais, que promovam uma sociedade inclusiva, onde os direitos universais são assegurados, independentemente da raça, género, etnia, religião da pessoa.

Não obstante a mentalidade positiva vigente nesta matéria, Portugal, viveu nos últimos anos, uma situação marcante, que afetou a sociedade em todas as suas valências: a Crise Económica. A crise económica foi determinante para as várias situações que vivemos atualmente, tais como a, ainda, elevada taxa de desemprego e o aumento da emigração, elementos a que devemos adicionar o aumento da idade média de vida, resultante da melhoria dos serviços de saúde e tratamentos, bem como a quebra ao nível da taxa de natalidade.

Estes fatores fragilizaram diversos territórios nacionais, que vinham, mesmo antes da crise, trabalhando inúmeras situações complexas, como a desertificação do interior do país, sendo exemplo disso a região do Alentejo.

A perda populacional verificada no Alentejo é um elemento estruturante para a definição do panorama atual da região, existindo diversos municípios que se debatem, diariamente, com um elevado índice de envelhecimento, conjugando a reduzida escolaridade da população com a falta de atratividade, dos territórios, para investimento externo. Assim sendo, as políticas sociais, vêem-se como situações urgentes, porém o orçamento existente limita, quase sempre, as iniciativas promovidas neste âmbito, verificando-se apostas direcionadas, porém insuficientes para as necessidades da população.





Alandroal é um exemplo desta situação. Situado numa posição geográfica estratégica, pela proximidade com Espanha, porém, relativamente distante dos principais motores da economia, quer nacional, quer à escala do Alentejo, o município vem sofrendo quebras populacionais consideráveis, associando, a isso, uma redução no número de jovens que aqui residem.

Assim, face ao presente panorama, explorado ao longo do documento, urge a necessidade de atuar ao nível das políticas sociais, preservando o território, e incrementando a qualidade de vida da população do Alandroal. O PAICD representa, pois, um importante instrumento de planeamento e orientação estratégica para o Município, que poderá, com base no definido, calcular as suas intervenções a curto e médio-prazo.

Enquadrando as necessidades nas diversas Linhas de Financiamento do Portugal 2020, Alandroal poderá, gradualmente, ir dotando o seu território de intervenções ponderadas, que defendam a integração de Todos numa sociedade justa e equitativa, diminuindo as situações de risco, a degradação do seu espaço público e edificado e o apoio a uma população mais ativa e qualificada.

O Município do Alandroal, através do presente Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas, torna prioritária a intervenção física e imaterial, apostando numa matéria onde o planeamento estratégico é, ainda, pouco trabalhado, a nível nacional. Este elemento evidencia o vanguardismo nas políticas estratégicas, promovido pelo Município, colocando as pessoas e as suas necessidades no centro das decisões, de forma transversal, desde os mais jovens aos mais seniores.





#### **Anexos**

# ANEXO 1 - FICHA DE AÇÃO - CD1 - REQUALIFICAÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL NA TAPADA DA ALFARROBEIRA

# PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

#### FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

Município

ALANDROAL

Identificação Comunidade a intervir

Requalificação de Habitação Social na Tapada da Alfarrobeira

#### TIPO DE INTERVENÇÃO (ver tabela)

#### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A operação social, económica e física que se pretende efetuar, enquadra-se numa área de intervenção com 8.700m2. A operação prevê a melhoria das condições de funcionamento do espaço, dotando-o, de melhores condições de conforto, segurança e de acessibilidade, bem como condições de saneamento adequadas, por forma a garantir elementos que proporcionem qualidade de vida às famílias, residentes nesta comunidade desfavorecida, economicamente debilitadas.

Esta intervenção de reabilitação urbana prevê as seguintes operações:

- Espaço Público e Edificado
- · Substituição da cobertura e caixilharia;
- Correções de insuficiências ao nível do isolamento térmico dos espaços;
- Beneficiação e readaptação das casas de banho;
- Execução de trabalhos de pintura no interior e no exterior;
- Melhoria das acessibilidades ao edifico de forma a dar resposta às pessoas com mobilidade reduzida;
- Arranjos urbanísticos no espaço exterior: exemplo substituição de pavimentos, lancis e passeios em estado muito degradado;
- Reabilitação dos espaços públicos envolventes ao bairro, criando zonas de lazer e estacionamentos para a comunidade:
- Remodelação da rede de abastecimento de águas e saneamento com mais de 50 anos que abastece o Bairro da Alfarrobeira;





CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL

## **OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS**

INVESTIMENTO					
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL		
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	187 500,00 €	0,00€	187 500,00 €		
ESTRUTURA I	DE CUSTOS DO INVE	STIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	16 000,00€	0,00€	16 000,00€		
AÇÕES IMATERIAIS	1 000,00 €	0,00€	1 000,00€		
FORMAÇÃO	1 000,00€	0,00€	1 000,00€		
EMPREITADAS	162 500,00 €	0,00€	162 500,00€		
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	7 000,00 €	0,00€	7 000,00 €		
TOTAIS	187 500,00 €	0,00€	187 500,00€		





# ANEXO 2 - FICHA DE AÇÃO - CD2 - REQUALIFICAÇÃO DE BAIRRO PRÉ-FABRICADO DE TERENA

# PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

# FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

Município

ALANDROAL

Identificação Comunidade a intervir

Requalificação de Bairro Pré-Fabricado de Terena

#### TIPO DE INTERVENÇÃO (ver tabela)

#### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A operação social, económica e física que se pretende efetuar, enquadra-se numa área de intervenção com 1.500m2. A atual situação das referidas Habitações Sociais em Terena assume uma proporção relevante no panorama social do Município de Alandroal. O facto de se enquadrar numa comunidade desfavorecida, composta por agregados familiares carenciados, com baixa instrução e situação de saúde, também, debilitadas (algumas pessoas possuem limitações motoras), expõe a necessidade de intervir celeremente, com o objetivo de oferecer dignas e seguras condições de vida às famílias.

Edificado e Espaço Público

Esta intervenção de requalificação prevê as seguintes operações:

- Obras de conservação e reparação profunda das habitações, eliminando estragos nos telhados;
- Remoção e substituição da cobertura, atualmente em amianto;
- Correções de insuficiências ao nível do isolamento térmico dos espaços;
- Beneficiação e readaptação das casas de banho;
- Implementação de segurança nas cozinhas, evitando fugas de gás;
- Execução de trabalhos de pintura no interior e no exterior;
- Melhoria das acessibilidades ao e no edifício de forma a dar resposta às pessoas com mobilidade reduzida;
   Arranjos urbanísticos no espaço exterior (substituição de pavimentos, lancis e passeios em estado muito degradado);
- Reabilitação de espaços públicos envolventes, potenciando zonas de lazer para a comunidade;







12 anos a desenhar Portugal

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL

	Junta o	le Freguesia de Tere	ena
		Segurança Social	
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS		IPSS's Locais	
l l	NVESTIMENTO		
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	102 000,00€	0,00€	102 000,00 €
ESTRUTURA D	E CUSTOS DO INVES	TIMENTO	
ESTUDOS E PROJETOS	3 000,00€	0,00€	3 000,00€
AÇÕES IMATERIAIS	1 000,00€	0,00€	1 000,00€
FORMAÇÃO	0,00€	0,00€	0,00€
EMPREITADAS	80 000,00€	0,00€	80 000,00€
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	18 000,00€	0,00€	18 000,00€
TOTAIS	102 000,00 €	0,00€	102 000,00 €





# ANEXO 3 - FICHA DE AÇÃO - CD3 - REQUALIFICAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA DA EPRAL

# PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

# FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

Município

ALANDROAL

Identificação Comunidade a intervir

Requalificação e refuncionalização da Antiga Escola da EPRAL

#### TIPO DE INTERVENÇÃO (ver tabela)

#### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A operação social, económica e física que se pretende efetuar, enquadra-se num edifício com 400m2. O edifício da Antiga Escola EPRAL representa elevada importância para a dinâmica social do município, uma vez que pretende dotar um edifício, atualmente em contínua degradação, de condições para receção de atividade recreativas e de lazer. Como tal, as intervenções físicas deverão assegurar que o edifício oferece infraestruturas enquadradas nas necessidades das funções futuras do edifício, possibilitando a sua vertente múltipla, não encerrando as suas finalizadas em dois ou três atividades.

Esta intervenção de requalificação e refuncionalização prevê as seguintes operações:

- Edificado
- Obras de conservação, e requalificação do edifício, de forma a adapta-lo a novas funções de apoio à comunidade;
- Construção de gabinetes e oficinas de trabalho para as Associações locais;
- Adaptação de espaços para dinâmicas intergeracionais;
- Substituição da cobertura e caixilharia;
- Correções de insuficiências ao nível do isolamento térmico dos espacos:
- Beneficiação e readaptação das casas de banho;
- Execução de trabalhos de pintura no interior e no exterior;
- Melhoria das acessibilidades ao edifico de forma a dar resposta às pessoas com mobilidade reduzida;
- Arranjos urbanísticos no espaço exterior (substituição de pavimentos, lancis e passeios em estado muito degradado);
- Reabilitação de espaços públicos envolventes, potenciando zonas de lazer para a comunidade;







12 anos a desenhar Portugal

#### CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL

	União de	Freguesias de Alan	droal
		Segurança Social	
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS		IPSS's Locais	
	Associações Lo	cais (Desportivas e F	Recreativas)
		Escolas	
	INVESTIMENTO		
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	341 000,00 €	0,00€	341 000,00
ESTRUTURA I	DE CUSTOS DO INVES	TIMENTO	
	(		
ESTUDOS E PROJETOS	25 000,00 €	0,00€	25 000,00 €
AÇÕES IMATERIAIS	500,00€	0,00€	500,00 €
FORMAÇÃO	500,00€	0,00€	500,00 €
EMPREITADAS	300 000,00 €	0,00€	300 000,00 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	15 000,00 €	0,00€	15 000,00 €
TOTAIS	341 000,00 €	0,00€	341 000,00 €





ANEXO 4 - FICHA DE AÇÃO - CD4 - REQUALIFICAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DA ANTIGA CASA DOS PROFESSORES NA ALDEIA DA **VENDA** 

# PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

## FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

Município

ALANDROAL

Identificação Comunidade a intervir

Requalificação e refuncionalização da Antiga Casa dos Professores em Aldeia da Venda

#### TIPO DE INTERVENÇÃO (ver

#### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A operação social, económica e física que se pretende efetuar, enquadra-se num edifício com 310m2. A operação de requalificação e refuncionalização do edifício da Antiga Casa dos Professores da Aldeia da Venda posiciona-se como estratégica, uma vez que permitirá capacitar um edifício em degradação, para a promoção de atividades recreativas que potenciem as dinâmicas sociais num meio rural, como é a Aldeia da Venda.

Como tal, as intervenções físicas deverão assegurar que o edifício oferece infraestruturas enquadradas nas necessidades das funções futuras do edifício, possibilitando a sua vertente de adaptação às diversas finalidades sociais.

Equipamentos de utilização coletiva e respetiva priorização

Esta intervenção de requalificação e refuncionalização prevê as seguintes operações:

- Obras de conservação, e requalificação do edifício, de forma a adapta-lo a novas funções de apoio à comunidade;
- Construção de gabinetes e oficinas de trabalho para as Associações locais;
- Adaptação de espaços para dinâmicas intergeracionais;
- · Substituição da cobertura e caixilharia:
- Correções de insuficiências ao nível do isolamento térmico dos espacos:
- Beneficiação e readaptação das casas de banho;
- Execução de trabalhos de pintura no interior e no exterior;
- Melhoria das acessibilidades ao edifico de forma a dar resposta às pessoas com mobilidade reduzida;
- Arranjos urbanísticos no espaço exterior (substituição de pavimentos, lancis e passeios em estado muito degradado);
- Reabilitação de espaços públicos envolventes,
- potenciando zonas de lazer para a comunidade;





CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL



12 anos a desenhar Portugal

	Junta de	Freguesia Santiago I	Maior	
	Centro Cultural de Aldeia da Venda			
<b>OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>		Escolas		
	Segurança Social			
II	NVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL	
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	30 000,00€	0,00€	30 000,00	
ESTRUTURA DI	E CUSTOS DO INVES	TIMENTO		
ESTUDOS E PROJETOS	2 000,00 €	0,00€	2 000,00	
AÇÕES IMATERIAIS	250,00€	0,00€	250,00	
FORMAÇÃO	250,00€	0,00€	250,00	
EMPREITADAS	15 000,00 €	0,00€	15 000,00	
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	12 500,00 €	0,00€	12 500,00	





ANEXO 5 - FICHA DE AÇÃO - CD5 - REQUALIFICAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DA ANTIGA CASA DOS PROFESSORES NA ALDEIA DE HORTINHAS

# PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

#### FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

Município

ALANDROAL

Identificação Comunidade a intervir

Requalificação e refuncionalização da Antiga Casa dos Professores em Aldeia de Hortinhas

#### TIPO DE INTERVENÇÃO (ver tabela)

#### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A operação social, económica e física que se pretende efetuar, enquadra-se num edifício com 450m2. A operação de requalificação e refuncionalização do edifício da Antiga Casa dos Professores da Aldeia da Venda posiciona-se como estratégica, uma vez que permitirá capacitar um edifício em degradação, para a promoção de atividades recreativas que potenciem as dinâmicas sociais num meio rural, como é a Aldeia da Venda.

Como tal, as intervenções físicas deverão assegurar que o edifício oferece infraestruturas enquadradas nas necessidades das funções futuras do edifício, possibilitando a sua vertente de adaptação às diversas finalidades sociais.

Equipamentos de utilização coletiva e respetiva priorização Esta intervenção de requalificação e refuncionalização prevê as seguintes operações:

- Obras de conservação, e requalificação do edifício, de forma a adapta-lo a novas funções de apojo à comunidade:
- Construção de gabinetes e oficinas de trabalho para as Associações locais;
- Adaptação de espaços para dinâmicas intergeracionais;
- Substituição da cobertura e caixilharia;
- Correções de insuficiências ao nível do isolamento térmico dos espaços;
- Beneficiação e readaptação das casas de banho;
- Execução de trabalhos de pintura no interior e no exterior;
- Melhoria das acessibilidades ao edifico de forma a dar resposta às pessoas com mobilidade reduzida;
- Arranjos urbanísticos no espaço exterior (substituição de pavimentos, lancis e passeios em estado muito degradado);
- Reabilitação de espaços públicos envolventes, potenciando zonas de lazer para a comunidade:









12 anos a desenhar Portugal

**OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS** 

Junta de Freguesia de Terena
Centro de Saúde
Associações Locais (Desportivas e Recreativas)
Escolas
Segurança Social

I	NVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL	
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	35 900,00 €	0,00€	35 900,00€	
ESTRUTURA DE CUSTOS DO INVESTIMENTO				
ESTUDOS E PROJETOS	3 000,00 €	0,00€	3 000,00€	
AÇÕES IMATERIAIS	250,00€	0,00€	250,00€	
FORMAÇÃO	150,00€	0,00€	150,00€	
EMPREITADAS	20 000,00€	0,00€	20 000,00€	
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	12 500,00€	0,00€	12 500,00€	
TOTAIS	35 900,00 €	0,00€	35 900,00 €	





# ANEXO 6 - FICHA DE AÇÃO - CD6 - REQUALIFICAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA DE MARMELOS

# PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

# FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

Município

ALANDROAL

Identificação Comunidade a intervir

Requalificação e refuncionalização da Antiga Escola de Marmelos

#### TIPO DE INTERVENÇÃO (ver

#### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A operação social, económica e física que se pretende efetuar, enquadra-se num edifício com 2600m2. Dado o seu atual estado de conservação, que apresenta degradação do edifício, é necessário intervir de forma cirúrgica, de forma a potenciar a intervenção neste importante eixo de trabalho, através de investimento low-cost.

Como tal, pretende-se atuar na readaptação do espaço, equipando-o com materiais de apoio às futuras atividades, e ambientes amigáveis para a sua prática, bem como dependências de apoio à gestão e organização de iniciativas, pelas Associações Locais.

Equipamentos de utilização coletiva e respetiva priorização Esta intervenção de requalificação e refuncionalização prevê as seguintes operações:

- Obras de conservação, e requalificação do edifício, de forma a adapta-lo a novas funções de apoio à comunidade;
   Construção de gabinetes e oficinas de trabalho para as Associações locais;
- Adaptação de espaços para dinâmicas intergeracionais;
- Substituição da cobertura e caixilharia;
- Correções de insuficiências ao nível do isolamento térmico dos espaços;
- Beneficiação e readaptação das casas de banho;
- Execução de trabalhos de pintura no interior e no exterior;
- Melhoria das acessibilidades ao edifico de forma a dar resposta às pessoas com mobilidade reduzida;
- Arranjos urbanísticos no espaço exterior (substituição de pavimentos, lancis e passeios em estado muito degradado);
- Reabilitação de espaços públicos envolventes, potenciando zonas de lazer para a comunidade;







12 anos a desenhar Portugal

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL

	Junta de	Freguesia Santiago I	Maior	
	Associação Desenhar Soluções			
<b>OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>		Segurança Social		
		Escolas		
		IPSS's Locais		
1	NVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL	
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	43 400,00 €	0,00€	43 400,00	
ESTRUTURA D	E CUSTOS DO INVES	TIMENTO		
			2 2 2 2 2 2 2	
ESTUDOS E PROJETOS	3 000,00 €	0,00€	3 000,00	
AÇÕES IMATERIAIS	250,00€	0,00€	250,00	
FORMAÇÃO	150,00€	0,00€	150,00 €	
EMPREITADAS	30 000,00 €	0,00€	30 000,00	
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	10 000,00€	0,00€	10 000,00	
TOTAIS	43 400,00 €	0,00€	43 400,00	





# ANEXO 7 - TABELA SÍNTESE DA ESTRUTURA DE CUSTOS DAS AÇÕES

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS		Município		ALANDROAL		
TIPO DE DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO		OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATURE:	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
Espaço Público	Requalificação de Habitação Social na Tapada da Alfarrobeira	Junta de Freguesia	187 500,00 €	<b>PRIVADO</b> 0,00 €	TOTAL  187 500,00 €	
Edificado	Requalificação de Habitação Social na Tapada da Alfarrobeira	Junta de Freguesia	19 000,00 €	0,00€	19 000,00 €	
Espaço Público	Requalificação de Bairro Pré-Fabricado de Terena	Junta de Freguesia	19 500,00 €	0,00€	19 500,00 €	
Edificado	Requalificação de edíficios para Habitação Social, incluindo arranjos exteriores do espaço publico dos pré fabricados de Terena	Junta de Freguesia	82 500,00 €	0,00€	82 500,00 €	





12 anos a desenhar Portugal

Edificado	Requalificação e refuncionalização da Antiga Escola da EPRAL	Junta de Freguesia	341 000,00 €	0,00€	341 000,00 €
Equipamentos de utilização coletiva e respetiva priorização	Requalificação e refuncionalização da Antiga Casa dos Professores em Aldeia da Venda	Junta de Freguesia Associações Locais	30 000,00 €	0,00 €	30 000,00 €
Equipamentos de utilização coletiva e respetiva priorização	Requalificação e refuncionalização da Antiga Casa dos Professores em Aldeia de Hortinhas	Junta de Freguesia  Centro de Saúde	35 900,00 €	0,00 €	35 900,00 €
Equipamentos de utilização coletiva e respetiva priorização	Requalificação e refuncionalização da Antiga Escola de Marmelos	Junta de Freguesia Associações Locais	43 400,00 €	0,00€	43 400,00 €
TOTAL			758 800,00 €	0,00€	758 800,00 €



# Índice de Figuras

Figura 1  Esquema da metodologia PAICD	13
Figura 2   Áreas de Intervenção PAICD	19
Figura 3  Prioridades da Estratégia Europa 2020	22
Figura 4  Principais objectivos do Portugal 2020	26
Figura 5  Objetivos Estratégicos do Portugal 2020	26
Figura 6  Instrumentos de planeamento do PEDU	40
Figura 7  Sub-Região do Alentejo Central – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	l . 43
Figura 8  Enquadramento Territorial do Alandroal no contexto da CIMAC	46
Figura 9  Alandroal no contexto da CIMAC	47
Figura 10  Enquadramento da Rede Viária do concelho do Alandroal	48
Figura 11   Variação da População no concelho do Alandroal, 2001-2011	53
Figura 12   Índice de Envelhecimento do concelho do Alandroal (%), 2001-2011	58
Figura 15   Taxa de desemprego no concelho do Alandroal (%), 2001-2011	65
Figura 14  Fotografias ilustrativas Habitação Social na Tapada da Alfarroborreira	90
Figura 15   Fotografias ilustrativas de Bairro Pré-Fabricado de Terena	96
Figura 16  Fotografias ilustrativas Antiga Escola da EPRAL	. 103
Figura 17   Fotografias ilustrativas Antiga Casa dos Professores da Aldeia da Venda	. 108
Figura 18   Fotografias ilustrativas Antiga Casa dos Professores da Aldeia de Hortinhas	. 113
Figura 19   Fotografias ilustrativas Antiga Escola de Marmelos	. 119





## Índice de Tabelas

Tabela 1  Variação da População 1991-2011 CIMAC	44
Tabela 2  Percentagem de população residente por município na CIMAC	50
Tabela 3  Densidade Populacional Alandroal e CIMAC	50
Tabela 4  População Residente nas Freguesias do Alandroal	51
Tabela 5  Variação da População Residente no Município do Alandroal	52
Tabela 6  População Estrangeira no Município do Alandroal 2001-2011	54
Tabela 7  Variação do Número de Alojamentos, 2001-2011	72
Tabela 8  Número de alojamentos por ano de construção	73
Tabela 9  Síntese das Ações	121

# Índice de Gráficos

Gráfico 1	Estrutura Etária do concelho do Alandroal (%), 2001-2011	56
Gráfico 2	Índice de Envelhecimento do Alandroal	57
Gráfico 3	Índice de dependência de idosos do concelho do Alandroal	59
Gráfico 4	Índice de Dependência de Jovens do concelho do Alandroal	<b>5</b> C
Gráfico 5	Índice de Dependência Total do concelho do Alandroal	<b>5</b> C
Gráfico 6	Distribuição da População pelos diferentes níveis de qualificação (%), 2001 e 2011	52
Gráfico 7	Taxa de abandono escolar do concelho do Alandroal (%), 2001-2011	63
Gráfico 8	Taxa de Atividade do concelho do Alandroal, 2001-2011	54
Gráfico 9	Taxa de Desemprego do concelho do Alandroal, 2001-2011	66
Gráfico 10	Distribuição da população do Alandroal pelos diferentes setores de atividade (9	6)
2001-2011	L	<b>67</b>
Gráfico 11	População sem atividade econonómica no concelho do Alandroal, 2011	36
Gráfico 12	Crimes registados pelas polícias 2001-2011	<b>3</b> 9
Gráfico 13	Alojamentos por forma de ocupação no concelho do Alandroal, 2001-2011	71
Gráfico 14	Idade média dos edifícios do Alandroal, 2011	73
Gráfico 15	Proporção de edifícios muito degradados, 2001-2011	74
Gráfico 16	Proporção de edifícios com necessidade de reparação	75













